

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS

JOSÉ MOISÉS DE OLIVEIRA SILVA

**A INFLUÊNCIA DO SEMIÁRIDO NA ORGANIZAÇÃO DO POVO INDÍGENA  
XUKURU-KARIRI**

Maceió  
2015

JOSÉ MOISÉS DE OLIVEIRA SILVA

**A INFLUÊNCIA DO SEMIÁRIDO NA ORGANIZAÇÃO DO POVO INDÍGENA  
XUKURU-KARIRI**

Trabalho de conclusão de curso, apresentada à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito de conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim.

Maceió  
2015

JOSÉ MOISÉS DE OLIVEIRA SILVA

**A INFLUÊNCIA DO SEMIÁRIDO NA ORGANIZAÇÃO DO POVO INDÍGENA  
XUKURU-KARIRI**

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: \_\_\_\_\_

SILOÉ SOARES DE AMORIM

1º MEMBRO: \_\_\_\_\_

EVALDO MENDES

2º MEMBRO: \_\_\_\_\_

SILVIA AGUIAR CARNEIRO MARTINS

## **Cântico ao Irmão Sol**

*Altíssimo, onipotente, bom Senhor,  
a ti o louvor, a honra, a glória, e todo bendizer.  
Só a ti, Altíssimo, se hão-de prestar  
e nenhum homem é digno sequer de nomear-te.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, com todas as tuas criaturas,  
especialmente o meu senhor irmão Sol,  
o qual faz o dia e por ele nos iluminas.  
E ele é belo e radiante, com grande esplendor:  
de ti, Altíssimo, nos dá ele a imagem.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, pela irmã Lua e as Estrelas:  
no céu as acendeste, claras, e preciosas e belas.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, pelo irmão Vento  
e pelo Ar, e Nuvens, e Sereno, e todo o tempo,  
por quem dás às tuas criaturas o sustento.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, pela irmã Água,  
que é tão útil e humilde, e preciosa e casta.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, pelo irmão Fogo,  
pelo qual alumias a noite:  
e ele é belo, e jucundo, e robusto e forte.*

*Louvado sejas, ó meu Senhor, pela nossa irmã a mãe Terra,  
que nos sustenta e governa, e produz variados frutos,  
com flores coloridas, e verduras...*

*Francisco de Assis, 1224.*

À Dona Eva e a meu amigo Jackson Monteiro  
*In memória.*

## AGRADECIMENTOS

Ao fim de cada caminho, deve-se recordar a caminhada, os que somaram forças em trechos tortuosos, aumentaram o eco dos sorrisos e aos que repararam e/ou que causaram feridas.

A todo o povo Xukuru-Kariri.

Agradeço aos meus pais, minha mãe Sebastiana Maria de Oliveira por todo afeto, dedicação e orgulho em mim investido, a meu pai José Marcos da Silva Irmão, grande homem belo e negro, que me mostrou a importância de nossa cor e a força de resistir, que na medida do possível nos criou como verdadeiros príncipes. A meus irmãos, Marcos e Mirian que alegram minhas belas memórias de infância, desde o sonho nas profundezas do mar, o infinito do espaço a “triste” realidade dos joelhos ralados.

Ao meu amado filho Francisco que desde muito cedo conta com a ausência de um pai idealista, no olhar do qual me sinto verdadeiramente forte e várias vezes desconsertado a quem também sou profundamente grato, agradeço a sua mãe Liliane, mulher forte mãe e guerreira a quem confio a educação de nosso filho e uma agradável parte de minha vida.

Aos meus grandes amigos, Lays Calisto e Thiago Ferreira (Che), com quem dividi as maiores alegrias e tristezas dessa vida e com os quais pretendo contar por muitos anos, e a nosso amigo Jackson Monteiro, meu primeiro orientador que me disse o quanto é importante escrever, amigo que a vida me furtou e que Deus sem a menor dúvida me devolverá.

A Simone Lopes por nossos tantos planos para um mundo e para a vida, o apoio em momentos decisivos em aspectos profissionais e pessoais, sou grato.

Aos trabalhadores canavieiros com os quais vivi grandes frustrações em busca de uma dignidade que nos foi roubada, e a quem fico em dívida de uma produção sua.

Também dedico este trabalho, à Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA em Alagoas, pelo espaço concedido e o reconhecimento enquanto profissional, em especial duas das instituições que a compõem, a Associação dos Agricultores Alternativos – AAGRA e Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios.

Também agradeço aos meus colegas de pesquisa, no “Projeto de Atualização do Atlas das Terras Indígenas de Alagoas” e do Coletivo Macambira, onde juntos vivenciamos o trabalho de campo.

Aos meus colegas de curso, que entre tantas pessoas e histórias vividas se torna impossível citar a todos.

A todos meus professores aos quais sempre me referi com orgulho.

E finalmente ao meu orientador, Siloé Amorim, professor e amigo.

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre o povo indígena Xukuru-Kariri, em suas formas de organização, a partir da influência do clima semiárido. Para essa análise se considerou vários aspectos: geográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais que foram indispensáveis, para a compreensão do fator humano, levando em conta políticas públicas específicas e a constituição histórica da região Nordeste, especificamente semiárida onde a água é elemento político, econômico e vital.

**Palavras-Chave:** Xukuru-Kariri; Semiárido – Alagoas; Sertanejo; Etnografia.

## RESUMEN

Este trabajo reflexiona sobre lo pueblo indígena xukuru-Kariri, en sus formas de organización de la influencia del clima semiárido. Para este análisis se consideraron varios aspectos: los derechos geográficos, económicos, políticos, sociales y culturales que eran indispensables para entender el factor humano, teniendo en cuenta las políticas públicas específicas y la constitución histórica del Nordeste, semiáridas específicamente donde el agua es elemento político económico y vital.

**Palabras - clave:** Xukuru-Kariri; Semiárido – Alagoas; Sertanejo; Etnografía.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGRA	Associação de Agricultores Alternativos
ANA	Agência Nacional das Águas
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ASD	Áreas Suscetíveis a Desertificação
BBC	British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão)
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DENOCOS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MI	Ministério da Integração Nacional
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RECID	Rede de Educação Cidadã
RESAB	Rede de Educação Contextualizada com o Semiárido Brasileiro
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Produção de Hortaliças, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios.....	19
<b>Figura 2</b> – Produção de Hortaliças, Fazenda Salgada, Área Retomada, Palmeira dos Índios.....	20
<b>Figura 3</b> –Semana Internacional da Agricultura.....	20
<b>Figura 4</b> – Matéria Publicada no Portal Cada Minuto .....	22
<b>Figura 5</b> – Matéria Publicada no Portal GazetaWeb.....	23
<b>Figura 6</b> – Matéria Publicada no Portal Brasil de Fato .....	24
<b>Figura 7</b> – Matéria Publicada no Portal Povos Indígenas no Brasil .....	25
<b>Figura 8</b> – Matéria Publicada no Portal GazetaWeb.....	26
<b>Figura 9</b> – Matéria Publicada no Portal Extra .....	27
<b>Figura 10</b> – Matéria Publicada no Portal GazetaWeb.....	28
<b>Figura 11</b> – Indígena Peneirando Feijão .....	30
<b>Figura 12</b> – Horta Coletiva, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios .....	32
<b>Figura 13</b> – Horta Coletiva, Produção em Mandala de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios.....	33
<b>Figura 14</b> – Horta Coletiva, Produção em Mandala de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios.....	34
<b>Figura 15</b> – Horta Coletiva, Produção em Mandala de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios.....	34
<b>Figura 16</b> – Mapa do Solo do Território Xukuru-Kariri .....	39
<b>Figura 17</b> – Mapa do Canal do Sertão.....	43
<b>Figura 18</b> – Corpos Hídricos da Terra Indígena Xukuru-Kariri.....	46
<b>Figura 19</b> – Açude Construído Pelo DENOCS, Aldeia Indígena Mata da Cafúrna...	46
<b>Figura 20</b> – Nova Abrangência da Região Semiárida e Subúmida Seca do Nordeste do Brasil .....	50
<b>Figura 21</b> – Nova Delimitação do Semiárido .....	52
<b>Figura 22</b> – Cisterna .....	55
<b>Figura 23</b> – Construção de Cisterna.....	56
<b>Figura 24</b> – Cisterna Calçadão .....	57
<b>Figura 25</b> – Miss de Encerramento da IV Assembleia do Povo Xukuru-Kariri.....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O POVO XUKURU-KARIRI</b> .....	16
1.1 Aspectos Históricos e Geográficos .....	16
1.2 Território Xukuru-Kariri.....	21
1.3 A Agricultura Xukuru-Kariri.....	32
<b>2 ASPECTOS GEOECONÔMICOS</b> .....	36
2.1 Relevo.....	38
2.2 Bioma .....	40
2.3 Recursos Hídricos.....	41
2.4 O Clima Semiárido .....	48
<b>3 IDENTIDADE DO SEMIÁRIDO E SEUS POVOS</b> .....	53
3.1 A Indústria da Seca .....	53
3.2 Identidade do Povo Xukuru-Kariri .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante de inquietações vividas em vários momentos, em trabalho de campo que apontavam para a forma como se organizam as comunidades do povo Xukuru-Kariri<sup>1</sup>: Fazenda Canto, Mata da Cafurna e Baixo, Coité, Amaro, Boqueirão, Capela e Riacho Fundo, no agreste semiárido de Palmeira dos Índios – Alagoas. Neste tempo de graduação entre os anos de 2010 e 2014, tive contato com vários grupos indígenas no estado de Alagoas, através de movimentos sociais, encontros de educação no estado, trabalhos acadêmicos, além do cotidiano na cidade de Palmeira dos Índios, cidade que frequento há alguns anos. Porém, a relação com este povo se intensificou, quando iniciei atividades como colaborador na pesquisa de “Atualização do Atlas das Terras Indígenas de Alagoas”<sup>2</sup>, entre anos de 2012 a 2015, sob a supervisão do professor Siloé Amorim.

Esses grupos se encontram na Zona Rural do município de Palmeira dos Índios, localizado no agreste alagoano como já mencionado, onde predomina como principal fonte econômica do município o setor de serviços (comércio), seguida pela indústria, por fim a agropecuária. A cidade possuía aproximadamente 73.532 habitantes no ano de 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013). O município apresenta uma topografia suavemente ondulada. A sede do município está localizada no sopé de algumas serras. Nesta parte o terreno apresenta relevo mais acidentado. O clima é quente e úmido, com máximas de temperatura de 38°C e mínimas de 12°C. A estação invernososa inicia-se em maio para terminar em agosto (IBGE 2010).

---

<sup>1</sup> Na dissertação de Silvia Martins (1994) se considerou o conceito de facção, que contempla a relação e configuração dos diferentes grupos do povo Xukuru-Kariri, neste trabalho, por se tratar de uma observação homogeneizante do grupo em relação a sujeitos externos a esta etnia, não se utilizará o termo facção, mesmo compreendendo suas dinâmicas internas e sua influência na composição do todo.

<sup>2</sup> [...] os objetivos referentes à pesquisa para a atualização dos verbetes [sobre dados situacionais, demográficos e jurídicos] do Atlas de Terras Indígenas em Alagoas é o de introduzir alguns aspectos teóricos metodológico deste tipo de pesquisa [...] densidade demográfica, situação da terra em termos históricos, relação ou inter-relação com o meio ambiente e também, com populações adjacentes não índios; história (oral) da etnia, seus mitos, performances culturais (danças, rituais), experiência de vida (ATLAS DE TERRAS INDIGENAS EM ALAGOAS, 2007)

No mesmo período em que desenvolvi atividades, junto ao Atlas, prestava paralelamente serviços para a Articulação no Semiárido (ASA)<sup>3</sup> em Alagoas, que é uma rede de organizações da sociedade civil e atua na região semiárida identificando e fortalecendo práticas e tecnologias para a convivência com o clima semiárido.

Dessa forma, a ASA atua tendo como objetivo preparar indivíduos para a convivência com o semiárido a partir da reforma agrária, educação contextualizada, agroecologia, gênero, produção e comercialização de alimentos e comunicação.

Considerando que a articulação apresenta uma proposta de convivência com o clima semiárido, se contrapondo ao erro histórico de combate a seca, onde afirma que a estiagem é resultante de um clima, e logo não pode ser combatida, foi aí que houve uma percepção de que, dos doze povos indígenas presentes em Alagoas, nove vivem na região semiárida, que são: Jeripankó, Karuazú, Katokinn, no município de Pariconha, Kalankó, em Água Branca, Koiupanká em Inhapi, Pankararu em Delmiro Gouveia, Wakonã em Traipú e Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Diante disso surgiram em mim os primeiros questionamentos acerca desses povos, e de que forma o clima influenciaria no cotidiano, especificamente do povo Xukuru-Kariri.

Assim, nesse trabalho, se busca, através de levantamento bibliográfico, tratar de elementos históricos, políticos, econômicos e culturais tentando, focalizar essa realidade específica, apresentando dados atuais, que possibilitem a distinção entre esse grupo indígena e os demais sertanejos. Dessa forma, estarei rejeitando, o estereótipo do indígena da mata atlântica presente no imaginário popular e estarei também, descrevendo, o índio na caatinga com sua especificidade.

Também foram utilizados como fonte de dados etnográficos *websites*, livros, registro fotográfico, mapas imaginários<sup>4</sup>, músicas, horas e horas de boas conversas informais, a partir das quais iniciei uma pesquisa etnográfica e pude notar uma riqueza de detalhes sobre questões investigadas. Documentos fornecidos pelos próprios índios, como o último processo de indenização acerca da demarcação das

---

<sup>3</sup> A ASA é uma organização de entidades civis que tem como missão: Fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social. (ASA, 2013)

<sup>4</sup> O mapa imaginário ou mapa mental é uma forma de estabelecer conexões entre imagens e a memória do sujeito, podendo ser construído coletivamente se acrescentando elementos. Na leitura da cartografia mental se estabelece ideia de território, religiosidade, direitos conquistados, grupos e práticas presentes, enquanto construção coletiva. A precisão se torna maior, bem como em leitura, se nota algumas ausências.

terras tradicionais desse povo, também fazem parte de material investigativo para elaborar essa etnografia.

No primeiro capítulo tive a intenção de apontar de forma panorâmica, dados históricos do povo Xukuru-Kariri em termos quantitativos e etnográficos, sobre alguns aspectos. Por exemplo, como se organizam em suas diferentes comunidades, concepções de extensão territorial, como eles veem e como são vistos na cidade.

No segundo capítulo se buscou delimitar a região onde se encontra o povo Xukuru-Kariri, apontando seus aspectos econômicos, físicos e geográficos, como: relevo, recursos hídricos, bioma e clima. No terceiro capítulo, apresento de forma mais explicativa as relações de poder, postas pela “indústria da seca” como relações características da região semiárida e alguns elementos de constituição identitárias.

E por fim, um último momento, onde se tenta apontar elementos que façam de fato relação entre o clima semiárido e a organização do povo indígena Xukuru-Kariri ou a inexistência da mesma.

## 1 O POVO XUKURU-KARIRI<sup>5</sup>

### 1.1 Aspectos Históricos e Geográficos

Os primeiros contatos que tive com o povo indígena Xukuru-Kariri se deram em meados de fevereiro de 2012, durante uma oficina que ministrei junto a outros membros do ÔTTO Coletivo<sup>6</sup> e Rede de Educação Cidadã (RECID)<sup>7</sup>, devido a um processo de retomada de parte do território tradicional deste povo, no caso as terras da Fazenda Salgada<sup>8</sup>. A oficina intitulada Uso e Ocupação Comum do Território tradicional tinha como objetivo discutir e planejar o uso da terra de forma coletiva, entre os Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios. Na oficina estavam reunidos três grupos: Fazenda Canto, Cafurna de Baixo e Coité, contudo, o povo Xukuru-Kariri, está organizado em onze grupos presentes no município de Palmeira dos Índios, agreste de Alagoas. Além da Aldeia Mãe Jorvina Xukuru-Kariri, no município vizinho de Taquarana, área de transição entre o agreste e a zona da mata alagoana, também existe a Fazenda Pedrosa no estado da Bahia e por fim a Reserva de Caldas, localizada na Fazenda Boa Vista, ao sul do estado de Minas Gerais<sup>9</sup>, sendo esse estudo voltado para as oito comunidades situadas no município de Palmeira dos Índios.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o povo Xukuru-Kariri que compõe esses oito grupos, totalizam um número superior a 3.000 índios e divididos em cerca de cerca de 600 famílias, ocupando uma área de 1.315 hectares de terras regularizadas, havendo tramitação de um processo de demarcação territorial de 7.033 hectares.

---

<sup>5</sup> É comum, em vários registros, se encontrar a grafia do nome da etnia utilizando-se a letra “c” a exemplo de *Xucuru-Cariri* ou *Xucuru-Kariri*, aqui se utilizará exclusivamente a letra “k” por ser um pedido e uma preferência de parte deste povo.

<sup>6</sup> Coletivo de Comunicação, situado na cidade de São Miguel dos Campos. Trabalha com instrumentos áudio-visuais por meios da Antropologia Visual e a Educação Popular.

<sup>7</sup> A RECID, nasceu em 2003 e atua em todo o Brasil junto a movimentos sociais populares. Tem como pilares a mobilização social e a educação Freiriana.

<sup>8</sup> Na luta pelo acesso à terra e com o objetivo de acelerar o processo de regularização do território tradicional, os Xukuru-Kariri fazem retomadas, cujo ato consiste em ocupação de terras que estão dentro da demarcação. No caso da retomada das terras da Fazenda Salgada, no município de Palmeira dos Índios, aconteceu no dia 31 de outubro de 2011.

<sup>9</sup> A saber: Foram realizados estudos a respeito do Povo Xukuru-Kariri no estado de Minas Gerais, na área da Engenharia Ambiental, na Tese da professora Rosana Soares Pertocco Paririsi, Universidade de São Paulo, em 2008.

Os contatos com membros pertencentes a essa etnia, que se localizam em diferentes localidades, possibilitaram a compreensão de que, mesmo sendo um único povo, as formas de como se organizam variam de uma comunidade para outra, possibilitando suas várias dinâmicas.

O povo Xukuru-Kariri possui uma história marcada por disputas, conflitos e avanços políticos, internos e externos (MARTINS, 1994). No que diz respeito às práticas e posturas assumidas, ao longo dos anos de vivências junto ao estado, outros povos indígenas e atuação de antropólogos, e forma dialética contribuíram para a formação de um caráter combativo, no qual diz respeito à postura frente às reivindicações, conscientes e organizadas, resultantes de acúmulo e experiência histórica.

É vasta a produção acadêmica acerca desse grupo indígena. Diante de variadas abordagens, é recorrente a temática dos conflitos, seja na área da saúde, educação, mas principalmente no que diz respeito às questões territoriais que têm como centro o uso e a propriedade da terra. A terra que representa o ponto de partida para uma série de elementos interdependentes, no que diz respeito ao uso tradicional da mesma, sendo eles uma medicina tradicional, aspectos e elementos religiosos que também apontam para uma educação contextualizada voltada para essas especificidades.

Vimos como a análise dos conflitos socioambientais é uma parte quase intrínseca de uma abordagem da ecologia política. Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico. Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. Como os antropólogos trabalham diretamente com muitos desses grupos – povos indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados – a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados. Nesse sentido, o uso de uma metodologia etnográfica representa um aporte significativo da antropologia a antropologia política (LITTLE, 2006, p.91-92).

Ao longo dos anos, o povo Xukuru-Kariri, tem sido um dos principais protagonistas políticos de vários conflitos no município de Palmeira dos Índios, onde a principal disputa sempre foi a terra e a legitimidade da propriedade. Essa abordagem política e econômica deixou escapar a intencionalidade de uso desta, externando duas propostas, no caso a de agricultura familiar e da propriedade latifundiária quando não monocultural, o que caracteriza o real conflito. A luta pela terra que se amplia em vários fatores, elementos estes que, já não dizem respeito apenas à terra, mas sim a busca de outros direitos que legitima as demandas Xukuru-Kariri.

Em diálogos estabelecidos com índios Xukuru-Kariri pode ser percebido como se constrói a história de ocupação do território. Os próprios Xukuru-Kariri afirmam que habitam no município de Palmeira dos Índios há mais de 500 anos, constituindo várias comunidades, ocupando uma faixa territorial de aproximadamente 1.500 hectares. Grande parte das áreas de matas e caatinga da região está situada nas aldeias, com cerca de 200 hectares com características de mata atlântica e 300 hectares de caatinga. Sendo que, nas áreas de matas preservadas do povo Xukuru-Kariri, nasce um dos principais rios do estado de Alagoas, conhecido geograficamente por Rio Coruripe, que tem por afluentes, Panelas, Guedes, Paranhos e Engenho Velho. Segundo lideranças indígenas Xukuru-Kariri, recentemente foram mapeados e catalogados cinco cemitérios indígenas, que foram reconhecidos pelo IPHAN, como sítios arqueológicos do próprio povo, onde se encontram fósseis, artefatos como cachimbos, cerâmicas e ferramentas<sup>10</sup>.

O povo Xukuru-Kariri tem como base econômica a produção agrícola, que abastece as comunidades e o excedente é comercializado na feira local. Sua produção se dá com hortaliças; frutas, como: banana, jaca, manga, mamão e maracujá; produção de sementes; e criação de pequenos animais, como: galinha, peru, cabra, ovelha e porco. Neste contexto, tem-se desenvolvido uma importante experiência de transição da produção convencional, para a agroecológica e fortalecido o trabalho coletivo, com a participação de mulheres, jovens e crianças.

---

<sup>10</sup> Os dados desse parágrafo foram retirados da carta política da campanha pró demarcação organizada pelo Povo Xukuru-Kariri e seus aliados no ano de 2013, no entanto os dados acerca do cemitério indígena podem ser confirmados no Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação da FUNAI, datado em 2003. Disponível em: <<http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>>.

Estas práticas agroecológicas podem ser encontradas em várias comunidades do povo Xukuru-Kariri, na Aldeia do Amaro, Cafúrna de Baixo e Fazenda Canto, porém, na Retomada da Fazenda Salgada, tem-se notado uma prática exclusivamente agroecológica, tendo se tornado um espaço de experimentação neste sentido, com produção diversificada em mandala e propostas agroflorestais, além da relação de alguns membros Xukuru-Kariri com alguns grupos de caráter camponês e agroecológico, a exemplo da Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), instituição criada a vinte e cinco anos, se contrapondo as propostas da Revolução Verde<sup>11</sup>, e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimento social de caráter camponês, que tem como pauta a permanência no campo e a produção de alimentos saudáveis.

**Figura 1 – Produção de Hortaliças da Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios**



**Fonte:** Antônio Ferreira, 2013 (Acervo Fotográfico).

---

<sup>11</sup> Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que criaram uma dependência tecnológica dos países considerados subdesenvolvidos para com os desenvolvidos, além de muita poluição, sobretudo causada pelo pesticida DDT, mas também na indústria de fertilizantes.

**Figura 2 – Produção de Hortaliças, Fazenda Salgada, Área Retomada, Palmeira dos Índios**



**Fonte:** Antônio Ferreira, 2013 (Acervo Fotográfico).

**Figura 3 –Semana Internacional da Agricultura**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2014.

Obs.: Evento realizado por iniciativa da FAO, organizado em Palmeira dos Índios pelo MPA Alagoas, 2014, onde foram distribuídos alimentos agroecológicos produzidos por camponeses e indígenas, para a população da periferia da cidade.

## 1.2 Território Xukuru-Kariri

Os Xukuru-Kariri são marcados por disputas na busca pela reafirmação de sua autonomia e organização social, para o município e o estado (FUNAI), principalmente no que diz respeito à terra e seu território tradicional, que compreende parte significativa da extensão das terras do município de Palmeira dos Índios, sendo este, um motivo central dos conflitos existentes. A organização dos aldeamentos Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, segundo Martins, (1994, p. 11):

Foram áreas: doada para aldeamento missionário, em 1773; de acordo com um Alvará de 25/janeiro de 1809; demarcada, 1822 e demarcação julgada, em 1861; atestada num *Relatório*, em 1857, por um Diretor Geral dos Índios.

E ainda neste sentido:

No caso dos Xucuru-Kariri, pode ser constatado que têm demonstrado uma mobilização étnica e reivindicatória intensa nesse sentido. Os seguintes exemplos de recentes aquisições de glebas pelo grupo revelam essa mobilização: adquirida pelo SPI, 1952; doada pela Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, 1980; adquirida pela FUNAI, 1988; judicialmente reconhecida (através de Ação na Justiça Federal), 1992; e, no caso daqueles que estão na Al Fazenda Pedrosa: adquirida pela FUNAI, 1987 (em Ibotirama); adquirida, pela FUNAI para novo reassentamento, em 1987 (Nova Glória, BA); 'concedida' (pela Diocese de Paulo Afonso), 1991. (MARTINS, 1994, p.12).

Noticiados pela imprensa local, esses conflitos são encarados por parte da sociedade não índia como uma espécie de injustiça por parte do governo federal, representado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criminalizando a própria demarcação e acusando os índios de querer monopolizar a cidade e conduzi-la ao atraso. Os líderes do movimento contrário à demarcação de terra, convocam a sociedade para tomar partido afirmando que “Palmeira não é só dos índios”, com a contribuição do governo local e lideranças parlamentares. Como será visto a seguir as notícias publicadas em jornais e sítios do estado de Alagoas e em rede nacional, possuem dois lados, dos fazendeiros e parlamentares, outro dos próprios indígenas



Fonte: Portal Jornal Cada Minuto, 2013.

Temos ainda outra matéria publicada no Portal GazetaWeb, em 08 de agosto de 2013, por Edivaldo Júnior. Detalhe sinalizando o momento em que o Senador Renan Calheiros em audiência com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, interfere na discussão da demarcação a pedidos do Prefeito da cidade de Palmeira dos Índios James Ribeiro. Mesmo trazendo “uma proposta de diálogo” se afirma que “milhares de agricultores familiares são ameaçados” com a demarcação das terras indígenas, sendo esta intervenção feita a pedido do poder público local. A matéria pode ser vista a seguir.

Figura 5 – Matéria Publicada no Portal GazetaWeb

Renan propõe a ministro mesa de diálogo para definir demarcação terras em Palmeira dos Índios

globo.com **g1** **globoesporte** **gshow** **famosos & etc** **videos**

gazetaweb.com Notícias ▾ Esportes ▾ Diversão e Variedades ▾ +OAM ▾

OUÇA AGORA

Leilão: fumdromos no Brasil

quinta-feira, 8 de agosto de 2013 - às 21h:34

## Renan propõe a ministro mesa de diálogo para definir demarcação terras em Palmeira dos Índios

Edivaldo Júnior

8+ 0 | Tweet 5 | Compartilhar 6

A disputa de terras que põe índios em pé de guerra com a população de Palmeira dos Índios pode acabar na mesa de diálogo. Ao menos é o que propôs, hoje, o presidente do Senado, em Brasília.

O senador Renan Calheiros, PMDB-AL, formalizou o pedido de mesa de diálogo ao governo federal em reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Essa foi a saída encontrada para evitar o impasse e garantir uma solução pacífica para o conflito. Milhares de produtores rurais, a maioria agricultores familiares de Palmeira dos Índios, vivem sob a ameaça de perder suas terras por conta da demarcação de terras proposta pela Funai.

A interferência de Renan Calheiros se deu a pedido do prefeito James Ribeiro, como informa texto distribuído pela assessoria do senador.

**Renan pede solução para questão de terras indígenas em Palmeira dos Índios**

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), pediu em ofício encaminhado nesta

**REDES SOCIAIS**

Facebook

Ass

**gazetaweb.com** Últimas Notícias

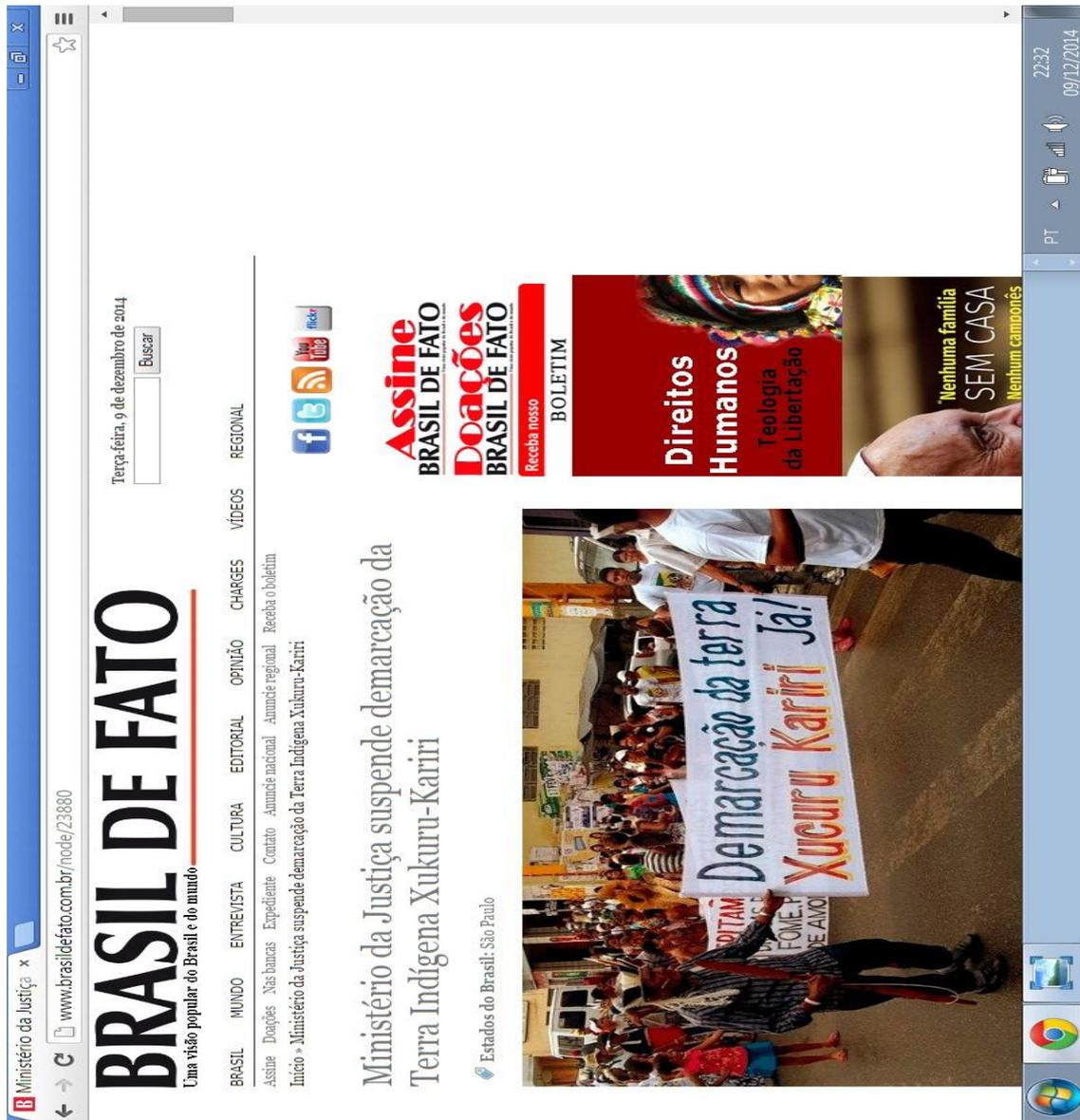
**PESQUISAR NO BLOG**

23:11 09/12/2014

Fonte: Portal GazetaWeb, 2013.

Outra matéria publicada no Brasil de Fato, em 21 de agosto de 2013, por Renato Santana. Detalhe sinalando o momento em que indígenas Xukuru-Kariri fazem manifestação em Palmeira dos Índios, manifestação essa resultante da intervenção do senado.

**Figura 6 – Matéria Publicada no Portal Brasil de Fato**



Fonte: Portal Brasil de Fato, 2013.

Uma reportagem publicada no Portal dos Povos Indígenas do Brasil, em 18 de setembro de 2013 cita a Ação Civil implantada contra a União e a FUNAI pelo Ministério Público, por não atender imediatamente com a implementação do processo de demarcação das Terras Indígenas Xukuru-Kariri. A notícia destaca



demarcação, onde se afirma ter produzido um laudo contrário ao que tem parecer favorável ao grupo indígena Xukuru-Kariri.

Figura 8 – Matéria Publicada no Portal GazetaWeb

Gazeta de Alagoas - x  
 gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=141964  
 Você está na edição do dia 08 de Fevereiro de 2009  
 ANC | MÉS | DIA | OK

**ACERVO**

**GAZETA DE ALAGOAS**  
 Estado quer destinar a ONGs verba de fundo de combate à pobreza  
 Redução no volume de repasses do PFE e FPM preocupa gestores  
 Produtores de Palmeira se mobilizam para barrar demarcação  
 Perigo na Macéjipe pela té  
 Sabotagem atrasa o censo de servidores  
 Cinema, paixão e fascínio  
 Casos de Polígrafo: alegação de esquizofrenia e polêmica  
 Documentos históricos são descobertos em arquivo em Teresina

**“Donos” de 7 mil hectares, em Palmeira dos Índios, pretendem apelar ao presidente para impedir a retomada das terras pelos índios**

## Produtores rurais reagem à demarcação

Por: PATRÍCIA BASTOS - Repórter

Palmeira dos Índios – Os produtores rurais de Palmeira dos Índios, que se dizem os verdadeiros “donos” das terras que ficam nos 7.073 hectares da demarcação indígena, preparam pesada reação ao processo que é conduzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que tem a intenção de destinar as terras para os índios moradores do município, cuja população estimada é de 1.132 pessoas.

O Sindicato dos Proprietários Rurais, que reúne 463 produtores estabelecidos na área (veja tabela ao lado), encomendou um novo laudo antropológico com o intuito de derrubar a tese apresentada pela antropóloga Siglia Zambrotti, cujo laudo serviu de base para a abertura do processo de demarcação.

###

**Terras perdem valor devido a processo**

União dos Palmeares – Apesar da demarcação indígena atingir principalmente agricultores familiares, são fazendeiros que estão realmente “comprando

23:05 09/12/2014  
 PT

Fonte: Portal GazetaWeb, 2009.

O Portal do Jornal Extra, em 28 de julho de 2013 aborda a declaração de uma liderança dos produtores rurais do município de Palmeira dos Índios, apelando pelo imaginário da guerra contra Canudos, comunidade camponesa no estado da Bahia “extinta” por forças republicanas brasileiras no começo do século XX. Se revisitarmos a história em relação ao povo Xukuru-Kariri, a ameaça é que haja violência contra indígenas por parte dos fazendeiros da região e não pela força governamental. Embora Canudos, tenha tido latifundiários da região como um dos principais alvos contra o Arraial, foi o Exército Brasileiro que, de fato, consumou o massacre, diferente de Palmeira dos Índios, que a violência não é em nome do estado, mas por parte dos fazendeiros.

Figura 9 – Matéria Publicada no Portal Extra

The screenshot shows the Portal Extra website interface. At the top, there is a navigation bar with the 'extra' logo and the date '09 de Dezembro de 2014'. Below the logo, there are categories: 'CANA ARTESANAL ALAGOAS', 'GERAL NACIONAL INTERNACIONAL', 'POLÍTICA', 'CULINÁRIA', 'ESPECIAIS', 'NAS BANCAS', 'AMBIENTE', 'BOCA NOTORÍSSIMA', and 'EDIÇÃO DIGITAL'. A search bar is also present.

The main article is titled 'Demarcação das terras Xukuru-Kariri ameaça reviver a guerra de Canudos'. It is dated 'ATUALIZADO 28 DE JUL DE 2013 - 11:43' and categorized under 'TERRAS INDÍGENAS'. The text begins with: 'O alerta é dado pelo líder ruralista José Maria Melo da Costa, que revelou existir um movimento subterrâneo de proprietários para invadir as aldeias indígenas, caso aconteça a retomada das terras'.

Below the article, there are social media sharing options for Twitter and Facebook, and a button to 'Enviar para um amigo por email'. A small photo of a landscape is visible at the bottom of the article.

On the right side of the page, there are sections for 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' and 'NOTÍCIAS MAIS LIDAS'. The 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' section lists several headlines, including 'Renan Filho vai cortar 50% dos comissionados' and 'Dilema veta projeto de lei que reduziria contribuição de domésticos ao INSS'. The 'NOTÍCIAS MAIS LIDAS' section features the headline 'Lava-Jato: empreiteiros deverão ser denunciados na próxima semana'.

The browser's address bar shows the URL: 'www.extralaagoas.com.br/noticia/10394/esta-semana-nas-bancas/2013/07/28/demarcao-das-terras-xukuru-kariri-ameaca-reviver-a-guerra-de-canudos.html'. The system tray at the bottom right shows the date '09/12/2014' and time '22:54'.

Fonte: Portal Extra, 2013.

O Portal *GazetaWeb*, em 03 de fevereiro de 2014 cita que os Xukuru-Kariri, na Secretária Estadual de Educação, reivindicam melhorias na educação. Essa matéria mostra a tentativa de trazer a educação para o território Xukuru-Kariri, enfatizando a pouca e quase inexistente estrutura, o que foi constatado em trabalho de campo que as aulas ocorriam em local de retomada, novamente remetendo a questão da terra, sendo a escola uma das formas de uso e ocupação do território.

**Figura 10 – Matéria Publicada no Portal *GazetaWeb***

The screenshot shows a web browser displaying a news article. The browser's address bar shows the URL: [g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/02/indios-da-tribo-xukuru-kariri-ocupam-secretaria-da-educacao-de-alagoas.html](http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/02/indios-da-tribo-xukuru-kariri-ocupam-secretaria-da-educacao-de-alagoas.html). The article's main headline is "Índios da tribo Xukuru-Kariri ocupam Secretaria da Educação de Alagoas". Below the headline, the text reads: "Cerca de 80 índios cobram conclusão da reforma na única escola da tribo. Manifestantes permanecerão no local até conseguirem definição." To the right of the text is a photograph showing a group of indigenous people, some wearing traditional feathered headdresses, gathered in what appears to be an office or public space. A sidebar on the right contains several news snippets: "GI primeira página", "PF indíca lobista e 12 executivos de empreiteiras investigados na Lava Jato", and "MP, que também apura crimes da Lava Jato, deve denunciar 20". At the top of the page, there is a large advertisement for "Hapvida Saúde" with the phone number 3215.2523. The browser's status bar at the bottom shows the date and time as 09/12/2014, 22:15.

Fonte: Portal *GazetaWeb*, 2014.

O fato da cidade trazer no nome, uma afirmação de pertencimento indígena, só vem a mascarar uma realidade de negação dos direitos deste povo. Esse fato pode ser comprovado em aspectos, desde à repulsa da sociedade não indígena, expressa por preconceitos dentro de um cotidiano através do censo comum, à campanhas lideradas por parlamentares, como mostra a reportagem do Jornal Brasil de Fato no final de agosto de 2013:

O governo federal, até este mês, executou apenas 7,9% do total de recursos liberados pelo Orçamento da União – 2013 para ‘Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas’. De R\$ 23.942.811,00, a FUNAI liquidou R\$ 1.910.431,58, conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento. Desse modo, a alegação de falta de recursos não convence os Xukuru-Kariri [...] “Sabemos que o Ministério da Justiça acatou os pedidos dos senadores Fernando Collor e Renan Calheiros; do deputado federal Renan Filho e do estadual Edval Gaia, além do prefeito de Palmeira dos Índios, James Ribeiro, sendo que esses dois últimos são posseiros e invasores da terra indígena. Falta de dinheiro não é o motivo”, disse um indígena, que aqui não identificamos por razões de segurança (BRASIL DE FATO,).

As relações, não apenas na cidade de Palmeira dos Índios, mas de toda região do Agreste e sertão, são ditadas a partir da propriedade da terra, inclusive as terras possuem reservas naturais que possibilitam uma boa prática da agropecuária valorizando a terra. Esses fatores intensificam a disputa pela terra. Nessa disputa, as partes interessadas se organizam a partir dos mecanismos que estão ao seu alcance.

Parte dos não índios mantém uma relação maior com estado, pela quantidade de políticos simpatizantes a este grupo e a relação dos produtores latifundiários, além das grandes estruturas midiáticas. Em contrapartida, os povos indígenas mantêm relações com seus aliados, movimentos sociais, profissionais vinculados a meios acadêmicos e organismos e pastorais da igreja católica como a Cáritas Brasileira e o Conselho Indigenista Missionário.

Um dos fatores que é explorado nessas divergências de reivindicação de posse são as incompatibilidades nas propostas de uso da terra. Por um lado, os fazendeiros posseiros, aqueles com títulos de propriedade de fazendeiros e produção monocultural, do outro, o povo Xukuru-Kariri, dentro dos oito grupos, ao menos aqueles que têm terra para a produção, ou que reivindicam a terra, já

exercem práticas da agricultura em moldes agroecológicos, de tecnologias sociais e propostas de preservação e reflorestamento. É evidente que essas formas de uso da terra nada mais são que posturas políticas, onde os não índios acusam os índios por “não produzirem na terra” e os índios os acusam entre tantas coisas pela degradação ambiental. A seguir se pode ver mulher indígena Xukuru-Kariri Peneirando feijão, na Retomada da Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios, em novembro de 2013.

**Figura 11 – Indígena Peneirando Feijão**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2014.

Esse mesmo processo de luta pela terra teve vários momentos marcantes e significativos na história desse povo, que diga-se, com certa periodicidade, que possibilita sempre se estar revivendo momentos anteriores, e de fato há um acúmulo histórico que se soma às novas dinâmicas, podendo ser constatado neste depoimento dado pelo Pajé Celso, da Aldeia Fazenda Canto durante a Oficina de Uso e Ocupação do Território Tradicional, em abril de 2012:

[...] desde 1979 quer dizer, de meu alcance, né?! Desde o descobrimento do Brasil que esse território era indígena, nós vem aí sofrendo há quinhentos e doze anos, e aí a gente vem nessa luta. E vieram os outros mais velhos, os antepassados nossos, meus tios,

meus avós, meus bisavós, depois a geração de meu pai, né. Os outros parentes, e aí começava aquela conquista deles, tê um espaço melhor de juntar o seu povo, e ter um espaço pra eles, pra saírem das mãos, que muitos viviam, nas mãos de fazendeiros. Desse tipo de pessoas.

A memória do povo Xukuru-Kariri está relacionada a processos que antecedem as disputas, a exemplo da Carta Régia, expedida pela Coroa Portuguesa, datada de 23 de novembro de 1700, “doando”, ‘uma légua em quadro’, para este povo, no processo de aldeamento, através dos descimentos instituídos para o ajuntamento de etnias em pequenas áreas de terras. Esses processos de reivindicação da terra estão todos ancorados neste primeiro momento, o que aos povos indígenas a torna legítima a posse sobre as mesmas. Essas reivindicações estão registradas nos relatórios da FUNAI, que fazem parte dos estudos dentro do processo de demarcação das terras indígenas, como aponta o historiador Aldemir da Silva Junior:

A proposta do grupo de trabalho de **1988**<sup>12</sup>, coordenado pela antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito, estava baseada na demarcação realizada no período imperial, que considerou a referência de “*uma légua em quadra a partir do pião da igreja da matriz*”. No, o grupo delimitou uma área de 13.020 hac., que envolvia a área urbana da cidade de Palmeira dos Índios. Em **1997**, outro grupo de trabalho, este coordenado pela antropóloga Sheila dos Santos Brasileiro, não concluiu seus trabalhos. Segundo Carrara, o estudo foi “interrompido na primeira fase do procedimento demarcatório em decorrência da não elaboração do relatório de identificação e delimitação”. Em **2004**, o grupo de trabalho, coordenado pelo antropólogo Douglas Carrara, definiu como área indígena Xukuru Kariri 15.630 hac., havendo uma aplicação da área em decorrência de novas referências indicadas pelos indígenas. O último grupo de trabalho realizado na área Xukuru Kariri ocorreu em **2008** coordenado pela antropóloga Siglia Zambrotti Dória, concluiu que a área indígena corresponde a 7.033 hac., portanto, houve uma redução comparando aos relatórios anteriores (SILVA JÚNIOR, 2013 p. 7).

É incontestável a importância da terra para a reprodução e continuidade de tradições e fortalecimento étnico indígena, desde formas de produção agrícola, aos elementos para produção artesanal, que têm reflexo na economia desses grupos. Também é fundamental a relação estabelecida com o meio ambiente as práticas de medicina tradicional, além do elemento fundamental para o fortalecimento étnico que

---

<sup>12</sup> Grifos do autor.

é a prática religiosa, essencialmente ligada à identidade étnica, e que expressa plenamente dentro do meio natural de mata vinculada aos elementos simbólicos presentes nos seus territórios tradicionais. Vários estudos apontam para isso, tais como os de Martins (2003), de Amorim (2010) e Mura (2012). São trabalhos que abordam esse vínculo com o meio ambiente, práticas de medicina tradicional e religiosidade vinculada ao meio ambiente.

### 1.3 A Agricultura Xukuru-Kariri

A prática da agricultura familiar agroecológica, é uma alternativa de produção com caráter político dentro do que busca os Xukuru-Kariri, e no que diz respeito a ocupação do território tradicional, uma das primeiras iniciativas na retomada da Fazenda Salgada foi o cultivo de uma horta, em uma proposta inicialmente coletiva, substituindo o capim que ali era plantado. Diante dessas práticas, que tiveram fim pedagógico na organização do grupo, foi se construído uma prática produtiva, mesmo sabendo que esse tipo de produção não é uma inovação entre os grupos Xukuru-Kariri, nem mesmo uma regra.

**Figura 12 – Horta Coletiva, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios**



Fonte: Antonio Ferreira, 2012.

Diante das imagens apresentadas, é visível a proposta de agricultura agroecológica, não apenas de caráter produtivo, mas de proposta política e visão de mundo. Práticas que reafirmam essas posturas e têm servido de laboratório para agricultores experimentadores, que também resultam em práticas coletivas, sendo este símbolo, no caso, a Retomada, lugar de avanço político, no que diz respeito à terra e ao território Xukuru-Kariri, ocupação, diante da produção e celebração, tendo em vista as assembleias já realizadas no local, onde se recorda as retomadas anteriores, de caráter cíclicos/periódicos, e os principais sujeitos envolvidos.

**Figura 13 – Horta Coletiva, Produção em Mandala<sup>13</sup> de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2013.

---

<sup>13</sup> Esse tipo de horta economiza água, trabalha com a diversidade de plantas, aproveita melhor o espaço, usa apenas fertilizantes orgânicos e poupa o solo, visa o controle de pragas através do equilíbrio e tem como princípio a harmonia, podendo ter em seu centro fontes hídricas, aviários ou até mesmo a residência, sempre de ordem crescente caminhando até mesmo para a agrofloresta.

**Figura 14 – Horta Coletiva, Produção em Mandala de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios**



Fonte: Moisés Oliveira, 2013.

**Figura 15 – Horta Coletiva, Produção em Mandala de Manejo Integrado, Retomada, Fazenda Salgada, Palmeira dos Índios**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2013.

Toda prática agrícola está posta dentro das variações climáticas da região, onde se encontram esses grupos, no caso a região semiárida, especificamente agreste. Diante do clima, a produção se concentra em períodos específicos do ano, o período mais chuvoso, diferentemente de outras regiões climáticas, logo todo o município está exposto à disponibilidade ou ausência de alguns gêneros alimentícios ou à variação de preços diante desta.

## 2 ASPECTOS GEOECONÔMICOS

O povo Xukuru-Kariri tem a agricultura como a sua principal base econômica, sendo esta atividade uma das características deste povo, não apenas para a sustentabilidade, mas como elemento de justificativa e ocupação legítima do território imemorial. A produção sempre foi de preocupação e intenção do poder público, a exemplo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na formação de aldeamentos quase recentes. Cabia a este órgão, na década de 1950, adquirir terras e subsídios agrícolas aos Xukuru-Kariri. Como mostra Martins (1994, p. 37).

Cabia ao posto fornecer sementes para plantios: no mês de janeiro, em plena época de início aos trabalhos de campo, para as culturas de feijão, milho, algodão etc., Mário Furtado menciona a falta de recursos para esse fim (Aviso do Posto/54). Tendo recebido autorização para aquisição a crédito de sementes, em junho, ele relata que neste ano os índios plantaram muito mais do que nos anos anteriores e suas roças fazem gosto apreciá-las, dado ao desenvolvimento com que estão todos os cereais plantados; e que é muito promissora a agricultura, tanto dos índios como do Posto (in Relatório 2º Trimestre/54). No Relatório referente ao 4º Trimestre desse mesmo ano, ele informa que a safra não foi como todos esperavam, mas ainda assim colheram 21 sacos de feijão mulatinho, 180 quilos de feijão de corda e 120 quilos de fava. Registra em Avisos (dos meses de setembro, outubro e novembro) essa produção e discrimina quantitativamente a distribuição aos índios e consumo do posto.

Mesmo diante desses relatórios da década de 1950, o povo Xukuru- Kariri, ainda tem liderado a produção de alimento no município de Palmeira dos Índios, dados estes comprovados, como se constata a partir da produção apresentada pelos Xukuru-Kariri ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal, além do que é comercializado em feira livre e guardado para a próxima safra.

O incentivo à produtividade agrícola, neste caso, está relacionado não apenas com a própria alimentação da comunidade indígena, mas à atuação de órgãos presente nas aldeias Xukuru-Kariri, desde aquela época até hoje, quando o SPI foi substituído pela FUNAI. A intervenção do estado neste processo, ao menos nos documentos analisados, a exemplo dos estudos feitos pela antropóloga Silvia Martins (1994), não menciona se esta era uma vocação dos Xukuru-Kariri, em

relação à própria atividade desenvolvida, ou seja, a agricultura, e quanto aos insumos ofertados.

Na Carta Política de 2013, em ocasião da Campanha pela Homologação do Território Xukuru-Kariri<sup>14</sup>, os índios denunciam pressões sofridas a partir da mídia, de políticos e de fazendeiros da região de Palmeira dos Índios, envolvendo a discussão de que, os Xukuru-Kariri são responsáveis pelo atraso, principalmente econômico, de Palmeira dos Índios. Por esta situação em ocasião à campanha, são divulgados alguns dados referentes à preservação ambiental e à produção agrícola Xukuru-Kariri, afim de que, a sociedade tenha acesso a outras informações, que não seja apenas através, da mídia vinculada aos fazendeiros e poder local. Essa Carta Política enfatiza sobre os preservados 200 hectares de mata atlântica e 300 hectares de caatinga, dos rios e nascentes existentes dentro das aldeias, que abastecem parte da população de Palmeira dos Índios. A produção diversificada, onde 70% da banana produzida no município e vendida na Feira Livre de Palmeira dos Índios saem das aldeias indígenas, além de outras frutas, tubérculos e hortaliças, apontam que esse trabalho é feito há gerações dentro de uma produção e conservação de sementes crioulas<sup>15</sup>. Também é citada a criação de pequenos animais, como aves, cabras, suínos e abelhas. O fornecimento de alimentos sem agrotóxicos dentro dos programas do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem o objetivo de doar alimentos às instituições e populações em situação de risco e desnutrição e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é destinado à merenda escola de alunos de escolas públicas do município e do estado.

Neste sentido, é conferido ao território Xukuru-Kariri, aspectos relevantes, quanto à natureza climática e geológica. Sabemos que o semiárido é constituído por inúmeras especificidades e é dentro de suas características, que os indígenas

---

<sup>14</sup> Esta carta é resultante da Campanha em prol da Homologação do território Xukuru-Kariri, de caráter reivindicatório e denunciativo, assinada pelo povo Xukuru-Kariri e por instituições e movimentos sociais publicada em vários sítios, a exemplo do Avaaz:[https://secure.avaaz.org/po/petition/Regularizacao\\_do\\_Territorio\\_Xukuru\\_Kariri/?pv=11](https://secure.avaaz.org/po/petition/Regularizacao_do_Territorio_Xukuru_Kariri/?pv=11)

<sup>15</sup> Em comunidades tradicionais, as sementes crioulas são aquelas que são cultivadas há gerações e se mantêm em sua “pureza” na genética. A cada ano são selecionadas as melhores sementes, resultando em um melhoramento, por seleção, apartado da transgenia, guardadas para serem replantadas em uma próxima lavoura, novamente explicitando o caráter ideológico e político a partir da agricultura, se contrapondo as patentes das grandes corporações de grãos, agrotóxicos entre outros insumos os chamados pacotes agrícolas.

desenvolvem suas práticas, se relacionando com o clima e com a terra e seus iguais, naquilo que é vocação da região e dentro de práticas tradicionais.

Para que os homens se aglomerem, em vez de viver dispersos, não basta que o clima ou a configuração do solo os convidem a isso, é preciso ainda que sua organização moral, jurídica e religiosa lhes permita a vida aglomerada (MAUSS 2003 p.429)

## 2.1 Relevo

O presente item é baseado em dados extraídos do Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Xukuru-Kariri. Grupo Técnico constituído através de Portaria FUNAI nº 178/PRES/03 de 19/03/2003, 302/PRES/03 de 17/04/2003 e 363/PRES/03 de 07/04/2003. Esse grupo de trabalho foi coordenado pelo antropólogo Douglas Carrara que elaborou Relatório Preliminar Circunstanciado seguindo o artigo 231 da Constituição Federal, Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996, e Portaria nº 14 de 9 de janeiro de 1996, que normatizam o processo de regularização das terras indígenas no Brasil<sup>16</sup>.

A área em que estão localizadas as aldeias Xukuru-Kariri possui um relevo formado por serras. As principais são: Serra da Boa Vista, do Anum, Bernardino, Cafurna, Capela, Candará, Muro, Palmeira, Macacos e das Pias, formando os mais significativos acidentes geográficos da região. Sendo que, apenas uma área, localizada a sudeste, é considerada plana e apropriada para agricultura.

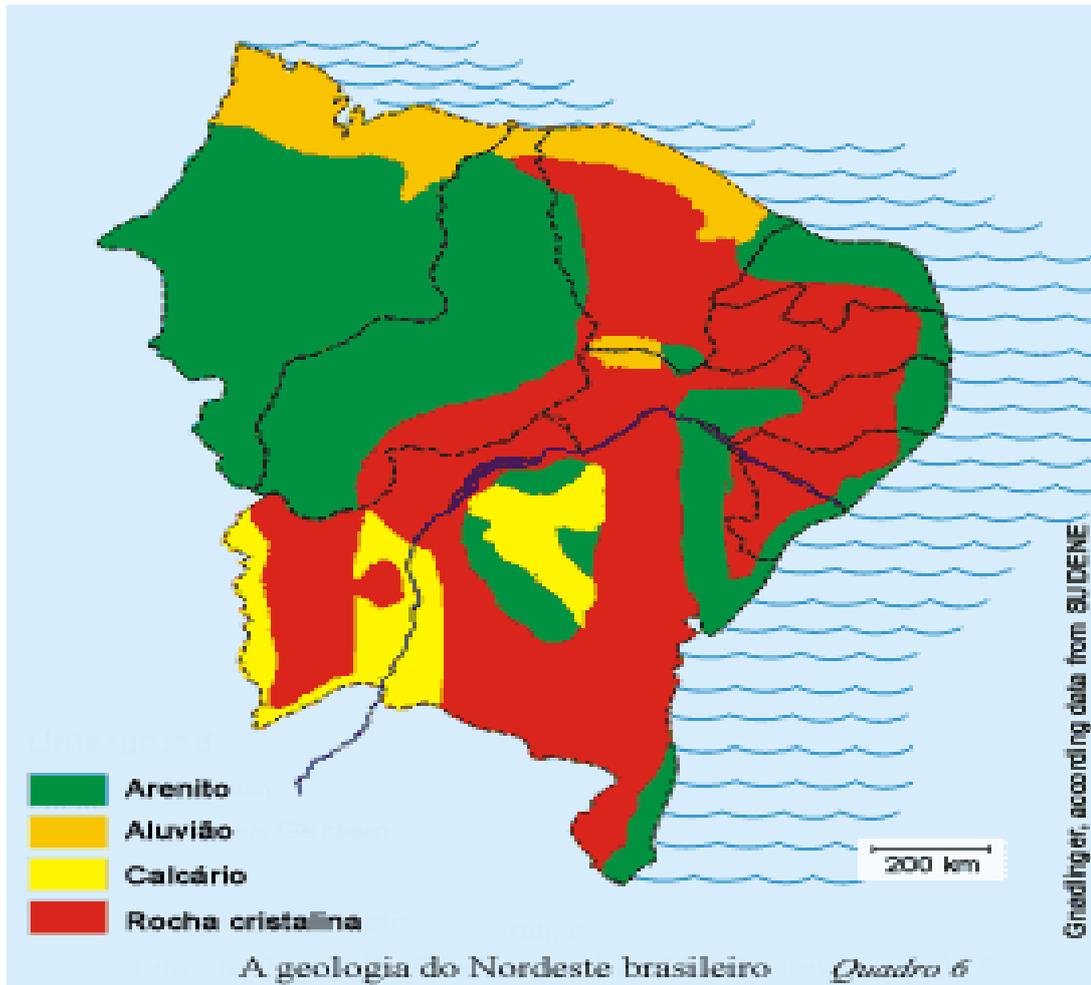
Como são comumente conhecidos, os subsolos e solos da região semiárida possuem características específicas. Neste caso, em que estudamos o território Xukuru-Kariri, território este definido pela área hoje ocupada, pelas constatações feitas a partir dos dados orais e documentais em sua condição climática de área de transição, ou seja, o agreste, essas características de região de clima semiárido é muito evidente. O subsolo é formado por jazidas de calcário, mica, mármore, ferro e sal-gema. Sendo os solos argiloso-arenosos e rasos, e suscetíveis à erosão e ressecamento em época de longa estiagem. As áreas em que são mais profundas e menos arenosas são encontradas variáveis reservas minerais.

---

<sup>16</sup> Esse relatório contou com a participação dos seguintes especialistas: Zélia Perez de Souza, Ambientalista-consultora/UNESCO e Marcelo Maschietto Elias de Almeida, engenheiro agrimensor – FUNAI/UNESCO.

O mapa abaixo apresenta as principais características do solo na região do semiárido brasileiro, o qual o território Xukuru-Kariri está localizado e apresenta tais situações.

**Figura 16 – Mapa do Solo do Território Xukuru-Kariri**



Fonte: IRPAA, 2007.

Mesmo compreendendo uma só região climática, no caso a região semiárida, se deve atentar para sua formação geológica que será fator determinante na constituição do solo e respectivamente sua produtividade ou perfil agrícola com suas culturas agrícolas adequadas.

A compreensão do tipo de solo nos auxilia a compreender a vocação produtiva deste, sabendo que este é fator definitivo para a produção e conseqüentemente formação de circuitos econômicos, e participação política junto a grupos produtivos.

## 2.2 Bioma

Está situado no território Xukuru-Kariri uma vegetação adaptada às condições climáticas do solo e do relevo do lugar, sendo uma região transitória entre a zona da mata e o sertão. O agreste reúne traços das duas regiões, caracterizando-o como região semiárida. Com vegetação de caatinga e locais áridos úmidos, os brejos, com vegetação de mata atlântica, na área do povo Xukuru-Kariri, encontra-se preservado. Até 2013 uma área de 200 hectares de mata atlântica e 300 hectares de caatinga, como já mencionado.

Nessas, existem áreas conhecidas como "Encosto dos Brejos ou brejos de altitude" que são áreas de maior precipitação pluviométrica em áreas de maior altitude dentro do semiárido brasileiro, com condições favoráveis a existência da mata atlântica com expressão de fauna e flora, e por estar no semiárido muito próximo a caatinga possuindo por essa maior proximidade, maior porte e densidade, enquanto que as florestas, localizadas sobre as serras apresentam algumas espécies vegetais das matas subtropicais e em certos pontos, árvores que se encontram também na caatinga constituindo um microclima.

A vegetação nativa está, em algumas partes, substituída pelo cultivo da produção de frutas, principalmente do cultivo de banana. Nas aldeias existem animais de pequeno porte com exceção de alguns poucos bovinos e grande quantidade e variedade de aves, além de equinos para trabalhos. Há uma quantidade de terra ocupada com roças de milho e feijão consorciados. No período de estiagem, os brejos retêm mais água, que pode ser usada na plantação de macaxeira, batata-doce, inhame, e banana para consumo e comercialização nas feiras locais.

Segundo José Bezerra, Cacique da Aldeia Amaro, 38 famílias, pertencem a essa comunidade e, destas famílias, 15 produzem, hortaliças, criam aves, ovinos, além de preservarem 70% de mata atlântica. Entretanto a aldeia tem uma área de aproximadamente 36 hectares. "Lá chove todo dia, todo dia quando eu acordo a mata tá molhada", diz o cacique.

Segundo o Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da FUNAI datado em 2003, baseados em dados colhidos nas aldeias, a

população indígena almeja trabalhar de forma sustentável os recursos naturais retomados a partir da regularização de seu território tradicional. Assim diz o relatório:

Segundo os índios, após a demarcação de suas terras, o tratamento ambiental será totalmente diferente da atividade agrícola dos não-índios.. Algumas áreas serão destinadas a reserva de espécies destinadas ao culto, o juremal, composto de leguminosas, com as quais, os índios preparam o vinho da jurema. As florestas deverão ser totalmente preservadas. E as áreas inadequadas para o cultivo, especialmente áreas em declive, serão destinadas ao culto e à preservação. Os índios da aldeia do Coité, declararam que a pequena área atualmente destinada as residências, após a demarcação, será destinada exclusivamente aos rituais religiosos da aldeia (FUNAI 2003)<sup>17</sup>.

Esta relação com a mata está intimamente ligada ao ritual do *Ouricuri*, que só com a presença de uma área preservada, os indígenas conseguem realizar suas cerimônias religiosas. Além de ser o local onde os índios extraem sementes para a confecção de ornamentos e artesanato.

Registros da FUNAI, em 2003, contidos nesse Relatório, apontam para a existência de conflitos entre índios e outros agricultores locais, em virtude do corte ilegal de madeira, que tem por finalidade a venda da mesma como lenha para fornos de padarias, carvoarias, fabricação de móveis, entre outras coisas. Os índios que se opõem a esta prática de desmatamento denunciam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e se colocam como “filhos da mata”, não podendo destruí-la, sem que não destrua parte deles mesmos. Quando falam em mata incluem a fauna e a flora enquanto elementos que constituem a cosmologia Xukuru-Kariri.

### **2.3 Recursos Hídricos**

A água ocupa um lugar de destaque na história de toda a humanidade. É imensa a quantidade de citações bibliográficas, desde a Bíblia, às várias áreas do conhecimento, como a ambiental e a biologia, que afirmam que as grandes guerras tiveram como finalidade a água, ou a utilizaram como elemento estratégico, tanto na

---

<sup>17</sup> O relatório não possui numeração de páginas, o arquivo pode ser encontrado em: <<http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>>.

contaminação das fontes de povos rivais, quanto na privação desse elemento. Também se aponta que a busca do homem por vida em outros planetas, tem como principal indício a presença de água, o que caracteriza não apenas uma busca por vida, mas também uma busca por água.

No Brasil, já existe grande especulação quanto à água, a exemplo de Peter Brabeck, numa reportagem da Revista eletrônica Pensar Não Dói, em janeiro de 2014. O empresário austríaco, que é presidente do grupo Nestlé, no ano de 2005, afirma que é necessário privatizar o fornecimento da água. Isso, segundo ele, é para que a sociedade tome consciência de sua importância e acabar com o subpreço que produz na atualidade. Peter Brabeck diz que a água deve ser privatizada e tratada como qualquer outro bem alimentício e ter um valor de mercado estabelecido pela lei de oferta e procura de mercado.

As disputas por recursos hídricos no Brasil atingiram um novo recorde histórico em 2013. Segundo dados preliminares do levantamento anual feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram identificados 93 conflitos por água, em dezenove estados, o maior desde 2002, quando eles passaram a ser monitorados pelo órgão. Isso representa um conflito hídrico a cada quatro dias. Em 2013, houve um aumento de 17% no número de disputa em relação a 2012, que teve 79 conflitos, um aumento de 16% em relação a 2011. O nordeste foi à região que registrou o maior número em 2013, foram trinta e sete casos de conflitos (BBC BRASIL, 2014). Esses números resultam, sobretudo, de ações desencadeadas por quem se apropria dos recursos hídricos, seja o governo ou a iniciativa privada, bem como, populações em busca de soluções em decorrência da falta e do mau uso da água<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Além disso, temos o que talvez seja o maior causador de conflitos por água no nordeste, é a transposição das águas do Rio São Francisco, que tem dividido opiniões por posturas políticas e finalidades. O debate que se constitui dentro do governo é que o Projeto São Francisco, beneficiará mais de 390 municípios, do nordeste brasileiro, somando doze milhões de habitantes, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, gerando emprego e promovendo a inclusão social, esses são dados do Ministério da Integração Nacional (MI), desde 2005. No entanto, movimentos sociais e comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, se colocam em posição contrária a esta do MI, e questionam o tamanho do investimento, que era da ordem de 4,8 bilhões de reais, mas em 2014 já está na casa dos 8,2 bilhões de reais, como mostra estudo divulgado pela Revista Carta Capital em 11 de janeiro de 2014. Desde 2005 que a sociedade tem debatido essa questão da transposição. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), diz que o projeto consome mais de 50% dos recursos do Programa Aceleração do Crescimento, o PAC, para recursos hídricos. Em dezembro de 2006, a Agência Nacional de Águas (ANA), publicou o seu Atlas do Nordeste. O estudo diagnostica as necessidades de água até 2025. Dos 1,3 mil municípios da região (todos aqueles que possuem mais de cinco mil habitantes) e propõe 530 ações para solucionar os problemas futuros. Sendo que a transposição é uma dessas soluções, contudo, existem outras alternativas no relatório consideradas viáveis e menos dispendiosa, como as cisternas de placas para as comunidades rurais.

Em Alagoas o Projeto Canal do Sertão, segundo diz o Portal do Ministério da Integração Nacional, em 2014, visa solucionar problemas de abastecimento humano e contribui com as atividades de pequenos agricultores. Neste, como no caso da transposição, também tem gerado opiniões contrárias, sobretudo, dos movimentos sociais e populações tradicionais, de beneficiar somente as elites econômicas do sertão e do agreste. O mapa a seguir faz uma representação do projeto:

**Figura 17 – Mapa do Canal do Sertão**



**Fonte:** Portal Conhecendo Canal do Sertão, 2010.

Sobre a população indígena Xukuru-Kariri, os conflitos por água também são parte de sua história, e neste sentido as principais fontes de água do município de Palmeira dos Índios estão em terras indígenas, o que intensifica a disputa pelas áreas envolvidas no processo de demarcação. Estes conflitos são desde entre índios, não índios, e fazendeiros da região.

A ocupação da Mata da Cafúrna, área hoje sob o domínio do grupo, segundo Martins (1994), se deu a partir de disputa pela água, sendo um local chamado “poço”, onde as mulheres costumavam buscar água e eram impedidas pelo dono

das terras, levou os Xukuru-Kariri, fazerem a retomada da área, em 1986. Algumas fontes tiveram importância para a cidade de Palmeira dos Índios, por conta do abastecimento hídrico da população, a presença de um açude que até 1963 tinha essa finalidade, e:

Esse açude é utilizado para lavagem de roupa pelas mulheres, onde os homens lavam os animais (cavalos, muares, etc.) e também é local onde se pesca pequenos peixes (utilizam geralmente redes para isso). Na Mata Cafurna/Benone existe um lugar que chamam "bica", onde há uma "minaço de pedra", que é utilizada principalmente como água potável. Também é um local bastante utilizado para se tomar banho (MARTINS, 1994, p. 116).

E ainda:

Na área MC/Garrote existem três lugares onde pode ser encontrada água. Uma lagoa chamada "Lagoa dos Pagãos", localiza-se numa área reservada para o pasto; um "poço", logo depois da lagoa, perto do limite da área, é utilizado somente pelos que moram próximos, servindo para mulheres lavarem objetos (roupas, panelas, etc.), e como fonte d'água potável. Devido a sua localização, é usado também por indivíduos não-índios que moram na Serra da Boa Vista (MARTINS, 1994 p. 116).

Esses elementos somam-se a outros dramas vividos pelos Xukuru-Kariri. Nota-se por esses apontamentos que o território Xukuru-Kariri é uma área de interesse, devido suas riquezas naturais, sobretudo, hídrica, sendo essa ideia reforçada nas inúmeras cartas políticas endereçadas às comunidades, redigidas nas assembleias do povo, a exemplo da Carta em Campanha pela Homologação de suas terras, em 2013 e já citada neste trabalho (MARTINS, 1994).

Entre os Xukuru-Kariri, situações de crise motivaram a violência e a disputa por território, chegando a assassinato entre os próprios índios. No item 7 do Relatório sobre Prováveis Causas dos Acontecimentos, mencionado por Martins (1994, p. 131) consta o seguinte:

Por volta dos anos 1950, Manoel Sátiro do Nascimento e Alfredo Celestino da Silva, por questões de terra e uma cacimba, desentenderam-se, chegando as vias de fato, com troca de murros, foçadas e facadas, saindo ambos feridos, fato esse ocorrido na antiga sede do posto. Daí em diante, as escaramuças entre as famílias Celestino (Alfredo deixou 12 filhos) e Sátiro (Manoel tem 6 filhos), dependendo da ocasião ganham maior ou menor conotação, sejam

elas no encontro no campo de futebol, nas roças prejudicadas por animais ou até mesmo por causa de água.( MARTINS, 1994)

A região em que se encontra o povo Xukuru-Kariri, a hidrografia é caracterizada por pequenos rios perenes, alguns deles deságuam no Oceano Atlântico. A região de Palmeira dos Índios está situada na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, ou região do Baixo São Francisco. No histórico do semiárido, encontra-se a existência e resistência de suas águas. Nesta região ao longo de suas margens, antes da ocupação portuguesa, foi ocupada por inúmeros povos como: os Amoipirás, Tupinanbás, Caetés, Ocrens, Tamaquiús, Paiaiás, Macarás, Sacragrinhos, entre outros. As populações denominavam o Rio São Francisco de *Opara* (IRPAA, 2007). Aspectos resultantes da ocupação foram a extinção desses povos e a degradação do rio, que hoje agoniza pelas sucessivas políticas de construção de usinas e irrigação desordenada.

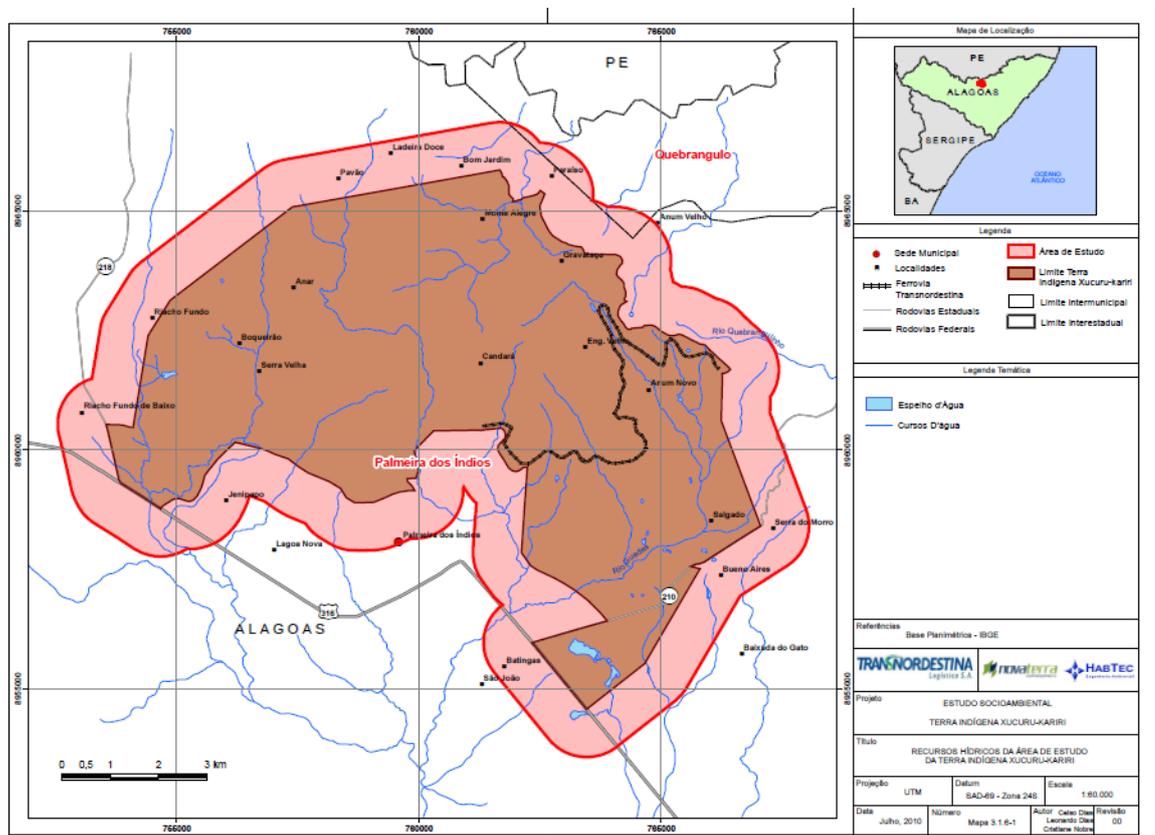
A bacia hidrográfica do município de Palmeira dos Índios é bastante extensa, formada pelos rios Coruripe, que nasce na serra do Bonifácio, Panelas, Bálamo, os riachos Guedes e Ribeira, as lagoas do Algodão, dos Caboclos, dos Poços, Cascavel, Lagoinha e os açudes Cafurna e Xukurus. Em relação ao território ocupado pelos Xukuru-Kariri, existem açudes e minações originárias das serras, a saber: o Rio Santo, que nasce onde está localizada a aldeia do Boqueirão. O riacho Kandú, ou Coité que corta a aldeia do Coité, assim como a aldeia da Cafurna de Baixo pelos riachos do Açúde e Olho d'Água. A aldeia do Capela pela minação da Pedra do Imbu e a aldeia Mata da Cafurna, por várias minações que vem da barragem e pelo riacho da Cafurna, e por fim, o riacho do Engenho Velho, localizado na aldeia da Fazenda Canto. Em relatório da FUNAI datado em 2004, encontra-se o seguinte depoimento do já falecido então Cacique Cícero de França:

O rio Santo tem esse nome porque essa área era ocupada por meus avôs e minha vó se chamava "Santa", por isso o nome do rio. Ela era dona de Palmeira de Fora (bairro periférico que faz divisa com a aldeia) até o Boqueirão, não me lembro há quanto tempo atrás

porque eu não era nascido – meu pai contava" (SOUZA, 18). A questão das águas para os índios tem sido dramática, já que ao longo de sua história até mesmo o acesso às fontes de água foram perdidas para os não-índios, conforme relato do antropólogo Carlos Estevão que reconheceu em seu relatório escrito em 1937, que "até as fontes em que se abasteciam d'água os "brancos" lhes tomaram."

Segundo dados contidos nesse Relatório (FUNAI 2004), para melhor conhecimento e uso dos recursos hídricos provenientes da área é necessária a homologação do território identificado, delimitado e demarcado. Isso se dá porque, algumas nascentes, se localizam em propriedades que estão em mãos de população não índia, apesar de pertencerem ao território imemorial Xukuru-Kariri

**Figura 18 – Corpos Hídricos da Terra Indígena Xukuru-Kariri**



**Fonte** Transnordestina (2011)

Obs.: Feito pela Transnordestina em consequência do projeto de revitalização da linha férrea que passa em território tradicional Xukuru-Kariri

**Figura 19 – Açude Construído pelo DENOCS, Aldeia Indígena Mata da Cafúrna**



**Fonte** Moisés Oliveira, 2013

Obs.: Em destaque plantação no sistema agroflorestal.

## 2.4 O Clima Semiárido

O semiárido, que é conhecido por relações políticas específicas, destacando-se o coronelismo e a “Indústria da Seca”, se mantém há séculos através das frágeis relações sociopolíticas e econômicas, que veem sempre reafirmando uma ideia deturpada de uma miséria latente, e quando existente é graças a essas relações desiguais e opressoras. Durante séculos se atribuiu essa miséria à seca resultante do clima e, historicamente, foi elemento de manutenção do poder hegemônico de algumas famílias.

Nesta mesma região semiárida, que é um lugar de relações desiguais, é comum propriedades latifundiárias destinadas à pecuária, sendo a agricultura familiar atividade secundária, uma constante no estado de Alagoas como um todo. É predominante na zona da mata alagoana a plantação de cana, para a fabricação de açúcar e álcool e no sertão a pecuária de corte e leite. Todavia a agricultura familiar praticada pelos povos tradicionais é considerada secundária e é a responsável pelo abastecimento do mercado local.

Definir o semiárido, enquanto delimitação política, na maioria das vezes é um fato um tanto quanto confuso, porque varia de instituição para instituição. Por exemplo, para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 2000, o semiárido integrava municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e norte de Minas Gerais, sendo que só a partir de 1989, o que se chamava “polígono das secas” passou a se chamar semiárido. Assim produziram um novo conceito. Outra delimitação é a dada pelas Áreas Susceptíveis a Desertificação (ASD), e amplia-se o número de municípios destes estados, incluindo também mais dois estados: o Maranhão e o Espírito Santo (RESAB, 2006).

É considerada semiárida, segundo o Ministério da Integração (MI, 2005), a região que possui as características de chuvas irregulares e longas estiagens, sendo que a média anual é de 600 a 800 milímetros, alto índice de evaporação, tendo como bioma predominante a caatinga, além de sua delimitação geográfica e política. O semiárido é dividido em agreste e sertão, sendo o agreste a região intermediária entre zona da mata e sertão. O sertão é considerado a região com menor densidade pluviométrica e clima mais seco. Como pode se constatar:

No Nordeste o elemento que mais marca a paisagem e mais preocupa ao homem é o clima, através do regime pluvial, e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distingue-se, desde a época colonial, a “Zona da Mata” com seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca – do sertão, também quente, porém seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial às secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra firma-se uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância que o povo chamou de agreste (ASA, 2002, p. 17).

Em 2005, o Ministério da Integração Nacional divulgou o mapa do semiárido brasileiro, além de todos os estados do nordeste serem contemplados, parte do Espírito Santo e Minas Gerais também são.

**Figura 20 – Nova Abrangência da Região Semiárida e Subúmida Seca do Nordeste do Brasil**



**Fonte:** MI, 2005.

Em Alagoas, o semiárido está representado pelas regiões agreste e sertão, enquanto delimitação climática, contudo, não foge de discussões políticas estes municípios envolvidos, devido ao aumento no número de municípios inseridos no semiárido na última delimitação, dada pelo Ministério da Integração Nacional – MI, em 2005. Sendo que alguns municípios do Agreste, a exemplo de São Sebastião e Taquarana, que reivindicam entrar, por possuírem características dentro de uma delimitação política de semiárido. O município de São Sebastião enfrenta dificuldades para acessar políticas hídricas, principalmente diferentes grupos, como as comunidades indígenas de Karapotó. Para a nova delimitação do semiárido brasileiro, o Ministério da Integração Nacional tomou por base três critérios técnicos, os mesmos utilizados pela SUDENE.

Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo (MI, 2005).

Para além dos critérios e das discussões políticas, existem os interesses locais. As políticas públicas, destinadas ao povo do semiárido, correm um sério risco dos benefícios chegarem aos municípios e serem revertidos em favor eleitoral, como acontece com os caminhões pipas que abastecem com água comunidades, sobretudo rurais, como pode ser visto nos municípios do semiárido.

No mapa a seguir estão localizados os municípios alagoanos que fazem parte da Nova Delimitação do Semiárido, que foi instaurado em 2005:

**Figura 21 – Nova Delimitação do Semiárido**



**Fonte:** Moisés Oliveira, maio de 2014.

O Ministério da Integração Nacional (MI) instituiu a lista dos municípios do semiárido brasileiro, em 10 de março de 2005, 1.133 municípios, com população estimada em 21 milhões de pessoas, em uma área de 969.589,4 km<sup>2</sup>. Em Alagoas, dos 101 municípios do estado, trinta e oito encontram-se dentro da delimitação do território semiárido, com uma população de 838.740 habitantes.

Sendo que, em relação aos povos indígenas de Alagoas, dos onze existentes, nove encontram-se no semiárido, espalhados nos municípios de Pariconha, Água Branca, Delmiro Gouveia, Inhapi, Traipú e Palmeira dos Índios.

Aqui se pôde ver que o povo Xukuru-Kariri, se encontra em região favorável a produção agrícola, tanto pela precipitação pluviométrica, quanto pela formação do solo e reservatórios de água, de forma que diante das reivindicações territoriais, além da tradicionalidade, um dos argumentos mais recorrentes utilizado pelo grupo é a produção, não apenas quantitativa, mas qualitativa, no que diz respeito à produção agroecológica.

### 3 IDENTIDADE DO SEMIÁRIDO E SEUS POVOS

#### 3.1 A Indústria da Seca

O semiárido é marcado pela imagem de sofrimento, que nem sempre condiz com as proporções narradas. Porém, o que se imagina vai além das representações midiáticas, do assistencialismo governamental e das palavras ditas. As pessoas que vemos não parecem tristes ou com sede. Como explicar isso a quem tem na mente a imagem do chão rachado e do gado morrendo? Como falar de índios, que ao invés da mata atlântica vivem em meio à caatinga? O clima que se deve considerar não é dos mais amenos, porém também não significa um sinal da “ira divina”. Considerando a diversidade cultural dos povos tradicionais presentes nesta região, os povos nativos possuem milenarmente um jeito próprio de ser e de se relacionar com a natureza, tratando-se aqui do bioma caatinga, único e resistente, como sua gente, sertaneja e *agrestina*.

O termo nordeste de cunho regionalista, trás consigo recortes étnicos ou de uma mestiçagem de povos específicos ao nordeste brasileiro. O que Josué de Castro chamaria no livro ‘Geografia da Fome’ (1980) de “a raça brasileira”, se referindo a esse mestiço do nordeste ou habitante do sertão, o sertanejo, ou melhor, do semiárido, já que faz a distinção entre sertão e zona da mata. Diante disso, o termo sertão que foi aplicado a outras regiões do país, tendo o seu significado vinculado ao desbravamento, a lugares inóspitos, encontrou neste sentido mais duradouro, sendo assim conhecida a região de clima semiárido.

O termo nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da inspetoria federal de obras contra as secas (IFOCs), criada em 1919. Nesse discurso institucional, o nordeste surge como a parte do norte sujeito a estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 81).

Segundo Durval Muniz, a ideia de nordeste está vinculada aos programas de combate à seca, assim se compreende que o nordeste é generalizado diante da ideia de semiárido.

Como mostram os dados do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA, 2007), estas questões que permeiam o semiárido brasileiro, apontam que, antes de tudo, o semiárido é um clima e que as secas são cíclicas. Neste sentido, a imagem de um lugar seco e ingrato fora construído a partir de um ideal principalmente político, onde passaram-se governos e longas estiagens. Da Coroa à República, já discutia-se a “seca” como um problema a ser resolvido.

O IRPAA faz uma espécie de linha do tempo, onde mostra governos, suas políticas de intervenção e índices sociais da região, envolvidos com o emblema das secas. Afirmando que, durante o período imperial, Dom Pedro II comprometeu-se para que nenhuma pessoa morresse de fome ou sede no nordeste, uma seca que durou de 1875 a 1881, onde milhares de “nordestinos” migraram para a região do Amazonas e 1,7 milhões de pessoas morreram no nordeste de sede e fome.

Mais adiante, já no período republicano, durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), ocorrera outra grande seca. Neste período foi criado o órgão de combate à seca a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), em 1909, como “uma das primeiras medidas oficiais de caráter permanente/técnico de ação sobre as secas” (COSTA; LOPES, 2009, p. 79), que em 1919 passaria ser o IFOCS e futuramente o atual DENOCS.

Ainda neste período, o governo criou três comissões para analisar os problemas da seca e milhares de nordestinos migraram para outras regiões do país. Na seca de 1927 a 1933, Getúlio Vargas era presidente da república e foi fundado o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), que realizava escavações de poços e organizava frentes de trabalho na região. Estas frentes tinham no trabalho braçal de homens, mulheres e crianças sua principal característica, abrindo estradas e escavando barragens, semelhantes a um campo de concentração.

Na época de sua criação, o DNOCS, procurou realizar estudos da ecologia da região nordeste. Até então esse trabalho foi considerado pioneiro no país, pelo fato do estado voltar uma força técnica especializada de brasileiros e estrangeiros, para estudar e conhecer o “inóspito” bioma caatinga, contudo “esse princípio do DNOCS se perdeu ao longo de sua existência, focando apenas em obras de interesse dos políticos regionais” (COSTA; LOPES, 2009, p. 80).

No governo de Juscelino Kubitschek a seca foi de 1953 a 1959. Neste período os investimentos foram concentrados na região litorânea do nordeste, contudo fora

criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), também intensificaram-se as frentes de trabalho nos agrestes e sertões.

A partir de então, inicia-se o processo de definição do que seria o nordeste, uma explicação, rasa e que reafirma velhos estereótipos sobre a região. Assim, definiu-se o mapa que se conhece hoje, com nove estados, sendo que, definiu-se ainda que o chamado *Polígono das Secas*, além do nordeste estendia-se para o norte de Minas Gerais. Ainda, a expressão, região semiárida, não estava sendo utilizada.

Com a criação da SUDENE, fica exposta a existência do conflito Centro-sul e nordeste. Porém esse novo papel do estado, através da criação de um órgão voltado para a região, acirravam-se os ânimos entre as forças industrializadas, das duas regiões, uma vez que, recursos começavam a ser aportados para o “desenvolvimento” do nordeste, causando ciúmes ao centro-sul (COSTA; LOPES, 2009, p. 81).

Já entre 1979 a 1985, durante o governo do General João Batista Figueiredo, a seca fora prevista e anunciada pelos cientistas brasileiros, contudo as propostas governamentais estavam voltadas para a construção da Transamazônica e com o discurso de “levar gente sem-terra para uma terra sem gente”, isso motivou milhares de nordestinos para a região norte do país, para trabalhar na abertura da rodovia Transamazônica. No nordeste estima-se que morreram pelo menos 1 milhão de pessoas (IRPAA, 2007).

A região semiárida vivera mais uma longa estiagem, entre os anos de 2005 a 2011, época em que Luiz Inácio Lula da Silva governava o Brasil. Neste período, já tinha sido criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Alguns setores da sociedade civil, ligados a movimentos populares, redes agroecológicas e sindicatos, se tornaram protagonistas por executarem ações de convivência com o semiárido e ao contrario do combate a seca. O Programa de cisternas de tecnologias sociais de captação de água para consumo humano e a produção de alimentos tornou-se política pública em 2011. Neste mesmo ano foi criado o plano do governo federal Brasil Sem Miséria e dentro dele o Programa Água para Todos (ALMEIDA; SILVA, 2013).

**Figura 22 - Cisterna**

**Fonte:** Moisés Oliveira, 2014.

Diante da pressão da sociedade civil, a proposta de convivência tem sido expressiva, a partir da implementação de tecnologias sociais, interferindo diretamente nas relações dos povos do semiárido. Principalmente as tecnologias de captação hídrica, as cisternas de 16 mil litros, divididas em duas partes, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que é financiado pelo “Água para Todos”, que tem como objetivo a segurança hídrica das famílias, com água de uso exclusivo para consumo, beber e cozinhar, reduzindo um número de doenças causadas pela contaminação da água.

Pelo fato da área de captação das cisternas ser o telhado das casas, diante das primeiras chuvas, cada família, terá ao lado de sua casa um reservatório de 16 mil litros, encurtando as caminhadas em busca de água, que na maioria das vezes, ficava a cargo das mulheres e crianças, em grande parte em barreiros e açudes, inclusive da SUDENE, rompendo, de certo modo, com empresas de abastecimento e os carros pipas.

**Figura 23 – Construção de Cisterna**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2014

Obs.: Família indígena Xukuru-Kariri na Serra do Amaro, em construção de cisterna calçadão, como contrapartida do P1+2, que compreende a apropriação na construção como forma de domínio, para reparos, reconstrução ou novas construções. Essa representa uma das duas cisternas de 52 mil litros na Aldeia do Amaro sendo parte das nove construídas na serra, inclusive para índios que vivem ao redor da aldeia.

Outra tecnologia bastante significativa é a cisterna calçadão, ou cisternas de enxurrada, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que são cisternas de 52 mil litros, tendo como área de captação uma calçada de 200m<sup>2</sup>, que tem por objetivo a segurança alimentar das famílias, compreendendo que se deixaria de comprar hortaliças, que seriam produzidas, bem como animais de pequeno porte, que implicaria em cortes de gastos com compra de alimentos, onde se incentiva a comercialização do excedente da produção.

Compreendendo que o povo Xukuru-Kariri se encontra em regiões microclimáticas, da cidade de Palmeira dos Índios, também se compreende que há uma relação com a produção agrícola, onde a cisterna de 52 mil litros foi fundamental para implementação de sistemas de irrigação e a de 16 mil litros no que diz respeito ao acesso a água potável.

**Figura 24 – Cisterna Calçadão**



**Fonte:** Moisés Oliveira, 2014.

Obs.: Cisterna Calçadão na Comunidade Indígena Serra do Amaro, onde pode se observar a altitude do lugar e a área de Mata Atlântica.

É comum, hoje, diante dos fracassos históricos de combate a seca, a proposta de convivência com a mesma, que é resultante do clima semiárido, não podendo esta ser combatida. Diante disto, há tentativas de reunir práticas eficazes para a convivência, sendo as comunidades indígenas, grande laboratório com acúmulo histórico de experiências em captação hídrica, práticas agrícolas, a partir de experiências nômades ou sedentárias, as últimas obtidas nos brejos de altitude, verdadeiros oásis microclimáticos, característicos de parte do relevo do agreste e sertão nordestino.

O Agreste é uma região intermediária entre o litoral úmido e o sertão seco. A sobrevivência nessa região está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, e aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno onde uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante (SILVA, 2012, p. 68).

Quando se diz indígena, entenda-se povos tradicionais do semiárido, em sua forma de adaptar-se, desde captação e gerenciamento hídrico, às suas vestimentas. Tomemos como exemplo o vaqueiro com suas vestimentas típicas: o chapéu de couro, o gibão, sua bota, o que hoje é mais utilizado em momentos específicos, como a pega de boi no mato e vaquejada. Porém a forma de lidar com o sol e espinhos é notada nas roupas dos sujeitos que utilizam motocicletas para desenvolver atividades antes desempenhadas por animais, como transporte de material e atividades domésticas.

Ainda é perceptível a preservação de nascentes e matas em lugares que esses povos ocupam. Isso deve-se ao fato desses ambientes estarem intimamente relacionado ao cotidiano e à memória desses povos, sendo a preservação por parte dos indígenas, motivo de rotulação: conhecidos por “preguiçosos”. Até mesmo pela incompreensão da ausência de práticas monoculturais, bovina e agricultura extensiva em terras de ocupação indígena. É importante considerar as especificidades e situações históricas particulares que se relacionam com as dinâmicas de cada povo, como é o caso dos Xukuru-Kariri. Hoje, a preservação das fontes hídricas e da vegetação nativa caracteriza não apenas o respeito à natureza, e sim um vínculo com as formas de produção e fontes de renda.

### **3.2 Identidade do Povo Xukuru-Kariri**

É sabido que a região de clima semiárido é dividida em agreste e sertão. Nota-se que popularmente essa região é conhecida como sertão e seus habitantes, sertanejos. Tudo isso se trata de uma delimitação cultural e climática, que fornece elementos comuns a essas duas regiões climáticas, constituindo uma única região cultural. Assim sendo, o sertanejo, o índio o quilombola, ribeirinho, cigano, camponês e todo aquele que por ali habita como é afirmado:

Ao conceber as sociedades apenas como grupos de homens organizados em pontos determinados do globo, não cometemos o erro de considerá-las como se fossem independentes de sua base territorial; é claro que a configuração do solo, sua riqueza mineral, sua fauna e sua flora afetam a organização dela (MAUSS, 2003, p. 427).

Não é tarefa das mais fáceis para os povos indígenas no nordeste se afirmarem enquanto índios, tendo em vista que para tal devem negar uma identidade a eles imposta. Nesse processo de “negar para se afirmar” se compreende que toda a região nordeste vive sob esse estigma de miséria e “seca”, não sendo considerada, as praias da região, seus grandes rios, ou a grande quantidade de mata atlântica existente, assim se compreende que esse estereótipo não é de nordeste e sim de semiárido, e um semiárido onde se come calango, se bebe lama, o popularmente conhecido, sertão, não sendo estes indígenas apenas nordestinos e sim, índios sertanejos. Se no senso comum se observam índios com sua imagem vinculada à mata atlântica, diante de uma construção da literatura, de uma educação escolar deturpada, da televisão, entre outros, como mostrar índios em meio à caatinga?

Os elementos que constituem as indumentárias ritualísticas, as sementes dos artesanatos são disponibilizados pelo meio ambiente e fundamentais para o desenvolvimento de práticas culturais relacionadas com rituais, como exemplo de feitiço, as maracás. Feitas de cabaças em outros grupos indígenas, no semiárido alagoano utilizam o coité (*Crescentia Cujete*), fruto proveniente da caatinga, o croá que é usado na fabricação da roupa dos praias, que são representações de seres mágicos da religiosidade de alguns povos indígenas do semiárido.

O umbú (*Spondias tuberosa Arruda*), utilizado em festas e rituais, é importante em práticas ritualísticas iniciadas anualmente, ao se encontrar um primeiro fruto. Esses rituais praticados por diferentes grupos indígenas têm um significado especial para todos os povos localizados no semiárido.

Por sua capacidade de armazenar água, a sombra que produz e a sua resistência às estiagens mais severas, as sementes dos colares, as penas, a imburana de cheiro, que aromatiza e serve para confecção das xanducas ou capiô (espécie de cachimbo), assim vão se constituindo suas identidades culturais, os distinguindo até mesmo dos seus povos vizinhos.

Outro aspecto que merece atenção é o hibridismo cultural onde se absorvem elementos de um possível *catolicismo popular*, característica forte do povo “sertanejo”, concretizada em Alagoas, nas missas de vaqueiro, nas novenas, nas promessas, festas de santo, romarias, nas devoções e santuários (capelas e cruzeiros), ícones, como Padre Cícero e Frei Damião. O sincretismo é notado nas cruzes presentes, nas vestimentas dos Praiás, que são representações das

divindades indígenas, nas letras dos torés (cantos sagrados) que fazem referência a santos e elementos da Igreja Católica e o reconhecimento da figura de Cristo.

As peregrinações para se chegar aos centros de devoção – ocasião para o encontro de operadores rituais – torna-se uma oportunidade para se ter contato direto e intenso com estes e criar ou fortalecer vínculos, ampliando a comunidade ritual, que cruza as fronteiras étnicas. [...] o que parece distingui-los da tradição cristã de matriz ocidental, não seriam os diversos conteúdos ou a diferente articulação dos símbolos, mas sim a forma como os conhecimentos são transacionados. Apesar de sofrerem influências das manifestações religiosas urbanas e pressões das instituições que as realizam, o processo de elaboração desses fluxos culturais não levou à assimilação destas coletividades aos centros urbanos. Contrariamente, os índios parece alimentarem-se deles, para manter e reforçar sua própria identidade (MURA, 2008).

E nesse contexto, em que o grupo Xukuru-Kariri se envolve em festas de santo padroeiro, desde o romeiro ao noiteiro, nas novenas, rezas, leilões até as questões mais formais, no caso dos sacramentos da Igreja Católica, mesmo nos momentos políticos que na maioria das vezes se finda com uma missa, a exemplo das assembleias sempre anuais, com duração de três dias e coincidindo com o aniversário de falecimento de Maniha Xukuru-Kariri, liderança indígena deste povo, porém de expressão nacional e especificamente regional, por conta de seu serviço de articulação junto a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

**Figura 25 – Missa de Encerramento da IV Assembléia do Povo Xukuru-Kariri**



**Fonte:** Arquivos da Cáritas Diocesana de Palmeira dos Índios, out. de 2012.  
**Obs.:** Presença do Padre Antonio de Melo e o Bispo Diocesano Dom Dulcênio Fontes de Matos e ao seu lado o Pajé Antonio Celestino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas observações podem ser apontadas acerca de temáticas abordadas no presente trabalho. Primeiramente, este trabalho teve como objetivo levantar dados etnográficos relacionados ao questionamento das questões climáticas ambientais que contribuem para a organização de povos nativos, particularmente os Xukuru-Kariri, enquanto grupo étnico indígena presente no estado de Alagoas.

É percebido que o povo Xukuru-Kariri vem passando por um processo histórico que tem vínculo direto com processos políticos, aos quais se relacionam com atuação de diferentes órgãos, seja em esferas federal, estadual e municipal. Esses processos políticos estão intimamente relacionados à posse da terra e ao poder público dessas variadas esferas, através das quais há situações extremas de conflitos internos tomando proporções em que políticos se articulam em nível nacional ou intervenções de representantes na esfera federal como foi citado no primeiro capítulo.

Existem várias peculiaridades quanto à região semiárida brasileira, especificamente em aspectos geopolíticos, tendo em vista, as relações resultantes do contato direto, principalmente de grupos de interesse, além das políticas voltadas à região, que sempre mobilizaram grandes estruturas e recursos, desde implementos para o quintal de casa, quanto o faraônico Canal do Sertão.

É este grupo, no caso os Xukuru-Kariri, que tendo uma parcela significativa vivendo em região serrana, que chamamos de brejos de altitude e possuem relação com a terra, no que diz respeito a produção agrícola, essa parcela do povo Xukuru-Kariri, se vê enquanto habitantes do semiárido e reivindicam as políticas hídricas já citadas.

As reivindicações de políticas voltadas ao semiárido são um dos elementos onde o povo Xukuru-Kariri se afirma não apenas como indígena, mas também como povo do semiárido ou como já foi dito, um povo sertanejo, onde a água, também tem como fim a produção, igualmente a posse da terra.

Se compreende que os Xukuru-Kariri por estarem presentes nessa região, que hora se delimita política no que diz respeito prioritariamente aos recursos públicos, historicamente direcionado a sanar o “mal da seca”, hora climática por conta do real recorte de chuva e bioma, e por fim culturalmente englobando os dois primeiros aspectos, sendo o fator humano decisivo na ideia de semiárido.

O caráter combativo desse povo está intimamente relacionado a um município, onde impera a posse da terra, o “coronelismo” no que diz respeito ao trânsito de grandes proprietários, nos espaços políticos ou a influência sobre quem ocupa esses espaços, em um município predominantemente rural. Daí a necessidade de se organizar, traçar estratégias e firmar alianças, em uma disputa antiga e constante e distante do fim.

O sujeito deste trabalho, o povo indígena Xukuru-Kariri, que dentro do clima semiárido e em sua delimitação cultural se caracteriza sertanejo, logo temos um nativo sertanejo, povos com identidades étnicas indígenas que dançam o toré, que comem a buchada, onde alguns vivem de feitiços de objetos artesanais que produzem e outros fornecem alimentos para programas do governo federal, outros trabalham na cidade prestando serviços diversos. No entanto, há uma afirmação constante de identidades indígenas através de etnias diferenciadas. Isso se dá dentro de comércio em feiras locais, pela qualidade de sua produção.

Também se destacam dentro das formas de se organizarem em associações, sindicatos, fazerem atos públicos, ou se articularem nas universidades. O que de fato os une é compartilharem uma reprodução enquanto grupos étnicos dentro de um meio ambiente, onde são associados a sertanejos e ao mesmo tempo um vínculo que tem com populações pré-colombianas enquanto indígenas Xukuru-Kariri.

Além da concepção ideológica de um índio que protege e exalta a natureza, temos aqui um índio que com seu acúmulo histórico, não apenas na organização social, mas na forma de lidar com o meio em que está inserido. Sabendo que a forma como concebemos este povo hoje vai além de um mero determinismo climático ou geográfico, uma vez que, este mesmo grupo esteve à mercê de alguns equívocos, entre eles, as políticas de combate a seca, que levaram alguns indígenas às frentes de serviços.

Compreendendo que não apenas a região e o clima semiárido influenciaram as organizações deste povo, mas também, as concepções, criações e execução dos programas e políticas para o semiárido, influenciaram esse povo indígena, como todo povo sertanejo, que teve que se organizar dentro deste recorte específico. A exemplo de uma maior estrutura organizacional, temos a APOINME que abarca não somente o nordeste, mas quando se insere Minas Gerais e Espírito Santo se caracteriza um recorte semiárido.

Aqui também se consideram as cisternas de captação hídrica construída pela SESAI, uma política de convivência com o semiárido, quando executada pelo órgão, se percebe uma política para o semiárido direcionada aos povos indígenas.

Diante das reflexões, do conteúdo qualitativo e quantitativo, mesclando a teoria e a vivência junto a esse povo, compreende-se que, os indivíduos presentes neste grupo, localizados na região agreste do semiárido alagoano é moldado entre tantas coisas pelo clima semiárido, no que diz respeito a sua existência, manutenção e continuidade. No entanto, no que diz respeito a sua organização social, no que diz respeito como esses grupos de interesse que Silvia Martins (1994) chamou de facções, se organizam internamente para acessar benefícios não só aos povos indígenas, mas também à população da região semiárida.

Sua maior influência não é do clima em si, mas das concepções acerca do que é semiárido, seja, por parte do estado, da igreja, da sociedade civil, nas suas diversas formas de organização (sindicatos, associações, grupos produtivos, entre outros), portanto, é assim que se dá a influencia do clima semiárido sobre a organização do povo indígena Xukuru-Kariri.

## REFERÊNCIAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia. **Petição pela regularização fundiária do território tradicional Xukuru-Kariri.** Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/17-noticias/279-peticao-pela-regularizacao-fundiaria-do-territorio-tradicional-xukuru-kariri>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras Artes.** São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Simone Lopes de; SILVA, José Moisés de Oliveira. O impacto social das tecnologias implantadas pela Articulação do semiárido brasileiro - ASA em Alagoas. In: Encontro Uruguaio de Sociologia Uruguai, 2013.

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro. Portal. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>>. Acesso em: 24 maio 2013.

ASSIS, Francisco. **Cântico ao irmão Sol.** Disponível em: <[http://www.centrinho.usp.br/sfa/ff\\_02.html](http://www.centrinho.usp.br/sfa/ff_02.html)>. Acesso em: 09 jan. 2015.

BARIFOUSE, Rafael. Brasil vive um conflito por água a cada quatro dias. **BBC Brasil.** São Paulo, 28 mar. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140327\\_conflitos\\_agua\\_aumenta\\_m\\_rb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140327_conflitos_agua_aumenta_m_rb)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

CASTRO, J. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **No semi-árido, viver é aprender a conviver: conhecendo o semi-árido em busca da convivência.** Recife, 2007.

LITTLE, Paul Eliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: ECKERT, Cornélia; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; LUCAS, Arthur Golgo. O presidente da Nestlé pediu mesmo a privatização da água? **Revista Eletrônica Pensar Não Dói.** Disponível em: <<http://www.arthur.bio.br/2014/01/09/mundo-virtual/o-presidente-da-nestle-pediu-mesmo-a-privatizacao-da-agua#.VLZ1kdLF9Eg>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia...** índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

MAUSS, Marcel. Morfologia Social. Ensaio Sobre as variações sazonais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac e Naif, 2003.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Tecnologias sociais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/desenvolvimento-sustentavel/tecnologia-social>>. Acesso em: 23 maio 2013.

MI – Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Brasília/DF, 2005.

BRASIL DE FATO. Ministério da Justiça suspende demarcação da Terra Indígena Xukuru-Kariri. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/23880>> Acesso em: 21 abr. 2014.

MURA, Claudia. **Território, identidade indígena e circuitos rituais no sertão nordestino**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, 2008.

RELATÓRIO Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Xukuru-Kariri/AL. Disponível em: <<http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>> Acesso em: 01 jun. 2014.

RESAB. Secretaria executiva. **Educação para convivência com o semi-árido: Reflexões teórico-práticas**. Juazeiro\BA RESAB 2006.

ROCHA, Ana Luiza da. Horizonte Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, jan/jun de 2006, p.85-103.

RODRIGUES, André Figueredo; SILVA. Edson; AGUIAR, José Otávio (Orgs). **Natureza e cultura nos domínios de clio: história, meio ambiente e questões étnicas**. Campina Grande, EDUFCEG, 2012.

RODRIGUES, Paloma. Transposição do São Francisco não democratiza a água no semiárido. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/transposicao-do-rio-sao-francisco-nao-democratiza-a-agua-no-semiarido-4759.html>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Os Xukuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.